

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007

1. Introdução

O ano de 2007 ficou marcado, no plano institucional, pela publicação da nova Lei Orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, IP, através do Decreto Lei nº 47/2007 de 27 de Fevereiro o qual, embora enquadrado pelo PRACE, Programa de Reforma da Administração Central do Estado, lhe veio conferir mais competências.

Em consequência do novo diploma o IVDP iniciou um processo de reestruturação/racionalização do qual resultou um novo Organigrama e Quadro de Pessoal, traduzindo-se na redução de efectivos, visando libertar mais meios financeiros para a promoção colectiva dos Vinhos com DO da RDD.

A culminar este processo a estrutura interna do IVDP apresentou, ao Senhor Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas, o Plano Estratégico, contendo, para além da Missão e Visão, os objectivos operacionais para o triénio.

No plano de operacional o ano de 2007 destacou-se pelo prosseguimento do processo de desmaterialização iniciado em 2006, com um conjunto de medidas inscritas no SIMPLEX, que tornando a relação entre os agentes económicos e o IVDP mais fáceis, contribuem para uma maior racionalização dos recursos internos do instituto.

Neste plano merece também referência o arranque do processo de emissão da facturação electrónica (que contava a 31 de Dezembro com 13 utilizadores) ao qual, infelizmente, não correspondeu uma reacção da mesma grandeza por parte dos prestadores de serviços do IVDP.

Num outro plano não poderemos ignorar, aqui com alguma tristeza, o encerramento da Loja do Aeroporto do Porto – por razões derivadas do aumento da segurança nos aeroportos que tornaram inviável a gestão económica da loja – e em 31 de Dezembro o encerramento da Loja de Lisboa, aqui fruto de uma decisão unilateral da ANA e cujos argumentos não nos convenceram.

Igualmente 2007 foi o ano de grandes progressos no que diz respeito ao Plano Estratégico para os vinhos com DO da RDD tendo sido apresentado e aprovado o Diagnóstico bem como o Plano de Orientações Estratégicas. Caberá agora em 2008 iniciar-se o processo de avaliação do Plano de Marketing que conduzirá à implementação da estratégia proposta.

Na perspectiva sectorial 2007 foi um ano de sinais positivos pois que se assistiu a um crescimento dos volumes comercializados dos principais produtos da Região Demarcada do Douro: 12,8% no DOC Douro e 2,8% no Vinho do Porto. A expectativa de algum crescimento na comercialização deste último associada a um nível razoável dos stocks existentes permitiu, por sua vez, a fixação de um benefício de 125.000 pipas, ou seja um crescimento de 1,2% face a 2006.

2. Conselho Interprofissional

Com a publicação da nova Lei Orgânica do IVDP em 27 de Fevereiro de 2007 iniciou-se de imediato o processo de constituição do novo Conselho Interprofissional cuja composição fora objecto de alteração.

Assim em lugar de 6 representantes por secção e profissão (24 membros no total) o CI viu a sua composição reduzida para 20 membros (5 por secção e profissão). Efectuada a consulta às Associações com operadores inscritos no IVDP verificou-se que a Casa do Douro se recusou inicialmente a proceder à indicação dos representantes, o que veio a efectuar apenas em momento posterior, e após carta remetida pelo Sr. Ministro ao Presidente da CD.

A nomeação do CI veio a concretizar-se em 12 de Setembro através do Despacho do MADRP nº 22.743 publicado no DR de 1 de Outubro.

Realizada a 1ª sessão do CI em 3 de Outubro nela foram designados os Vice Presidentes a que se seguiu a sua nomeação em 17 de Outubro através do Despacho do MADRP nº 28.179 publicado no DR em 14 de Dezembro.

Ainda na mesma reunião de 3 de Outubro foram aprovadas alterações ao Regulamento Interno do CI bem como foi também aprovado o Plano de Trabalhos para o triénio. (Anexo I)

Em 14 de Novembro o CI reuniu, em Plenário, onde foi efectuada a apresentação pelo consórcio Quaternaire Portugal e UCP, seguida de debate, do documento “Síntese e Conclusões do Diagnóstico Estratégico para os Vinhos do Douro e Porto” enquadrado no Plano Estratégico encomendado pelo anterior Conselho..

O CI reuniu ainda, em Plenário, a 12 de Dezembro onde foi votado por maioria um Parecer favorável ao Plano Operacional para 2008 bem como foram aprovados os Planos de Promoção 2008 para as Denominações de Origem Porto e Douro.

Deste quadro resultou o facto de em 2007 a fixação do quantitativo de mosto a beneficiar ter sido objecto de decisão do Presidente do IVDP, após auscultação às entidades que, com assento naquele Conselho, se manifestaram disponíveis e interessadas em ser ouvidas em sede própria. Os resultados finais de 2007 demonstraram ter sido correcto o valor de 125.000 pipas de mosto a beneficiar.

3. Actividades Desenvolvidas

3.1. Protecção Jurídica da Denominação de Origem

No cumprimento dos objectivos de tutela das denominações de origem Porto e Douro e da indicação geográfica Duriense, o IVDP, acompanhou a preparação da nova Organização Comum do Mercado Vitivinícola tendo tido a oportunidade de manifestar junto das entidades competentes a sua posição.

No que respeita ao cumprimento e à garantia de uma aplicação eficaz da legislação vitivinícola aplicável aos vinhos da Região Demarcada do Douro importa sublinhar a adopção das seguintes medidas:

- a) Instauração e acompanhamento de procedimentos administrativos na sequência de reclamações apresentadas por viticultores;
- b) Instauração de processos de contra-ordenação no quadro do regime das infracções vitivinícolas e aplicação das respectivas coimas, tendo-se verificado um incremento significativo em relação ao ano anterior;
- c) Participação ao Ministério Público das infracções à legislação vitivinícola que constituíam crime;
- d) Garantia da aplicação do disposto no Comunicado Vindima no que concerne ao cumprimento das normas de compra, em especial o disposto quanto às modalidades de pagamento e à aplicação da figura do contrato vindima.

Especificamente no domínio da protecção e defesa da denominação de origem Porto destacamos o seguinte:

a) Acompanhamento dos processos negociais no seio da União Europeia e na Organização Mundial do Comércio (OMC) com especial destaque para:

- a. A implementação do acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América;
- b. A negociação do acordo entre a UE e a Austrália relativo ao comércio de vinho e protecção das denominações de origem e menções tradicionais europeias, com especial cuidado em relação à indicação geográfica australiana “Port Phillip” e o uso pela Austrália de menções tradicionais do vinho do Porto.
- b) Elaboração de pareceres, apresentação de reclamações e instauração de acções judiciais no que respeita a pedidos de registos de marcas confundíveis com as designações Douro ou Porto, quer no quadro dos produtos comparáveis quer em relação à sua utilização em produtos de natureza diferente mas em que pode existir um

aproveitamento do prestígio da denominação de origem ou pode verificar-se um prejuízo para o seu carácter distintivo;

- i) Especial cuidado mereceram as imitações de Port na Argentina, Chile, Brasil e Nova Zelândia.
- c) Accionamento dos mecanismos comunitários de protecção das denominações de origem vitivinícolas e desencadeamento das vias diplomáticas quanto à tutela das DO Porto e Douro contra usurpações e imitações.
- d) Particular atenção aos crescentes obstáculos técnicos ao comércio do vinho do Porto, em especial no Brasil.

No que respeita ao apoio jurídico aos diversos serviços do IVDP, destacam-se a celebração de contratos, a garantia de aplicação do regime relativo às despesas públicas, a interpretação e aplicação de normas jurídicas de diversa natureza e a elaboração de pareceres, despachos e colaboração na preparação das circulares.

O quadro seguinte reflecte do ponto de vista quantitativo a actividade desenvolvida

Procedimentos administrativos:	18
Processos de contra-ordenação:	14
Participação ao Ministério Público:	1
Verificação dos contratos vindima:	39
Reclamações e acções judiciais relativas a marcas:	75
Alterações de titularidade das parcelas:	215
Fichas de identificação e assinaturas:	500
Inserção e validação de NIBs:	3.850
Iniciativas relativas a usurpações e imitações:	7
Procedimentos de aquisição de bens e serviços:	17

3.2. Controlo e Gestão das Denominações de Origem

Dando continuidade ao trabalho do ano anterior, os serviços do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, no Peso da Régua, continuaram no desenvolvimento do sistema de gestão das Denominações de Origem Porto e Douro e IG Duriense numa perspectiva de constante crítica ao modelo, com introdução de diversas novas aplicações e melhoramento de algumas do ano anterior, visando colmatar dificuldades sentidas e que resultem sempre numa maior eficácia às solicitações de todos os interlocutores e numa maior qualidade de serviço prestado aos operadores e à tutela.

3.2.1. Controlo Administrativo

i) Declaração de Existências (DE)

Em Fevereiro e Setembro foram recepcionadas e validadas as Declarações de Existência de todos os operadores com existências de produtos víquicos da Região, tendo sido remetidas aos serviços

DAE Dezembro de 2006 (IVDP):	940 declarações
DAE Julho de 2007 (IVV):	509 declarações

A abertura de saldos conferidos pela DAE de 2005, o desenvolvimento da ferramenta informática para a análise das mesmas e o trabalho de acompanhamento desenvolvido junto dos operadores ao longo do ano permitiu, pela primeira vez, que a DAE de Dezembro de 2006 fosse disponibilizada aos operadores, com os saldos de contas

correntes de DOC Douro e IG Duriense à data de 31/12, pré preenchidos (excluindo ainda no entanto os dados de vindima). Da experiência resultou uma maior celeridade na conferência, uma antecipação dos prazos de resposta às justificações solicitadas e um maior envolvimento de todos os interlocutores.

As Declarações de Julho foram recepcionadas parcialmente na aplicação informática desenvolvida pelo IVV num projecto piloto do qual o IVDP fez parte.

ii) Recepção das DCP (Declarações de Colheita e Produção)

A principal preocupação na recepção das DCP's em 2007, foi colmatar as dificuldades (abertura de contas correntes, validação de dados, divulgação de informação estatística) diagnosticadas em anos anteriores e que resultavam do facto das DCP's serem entregues em cima da data limite. Foram nesse sentido definidos, para este ano, 2 prazos diferentes para a recepção de ficheiros de DCP's: 31 de Outubro, para as empresas e 15 de Novembro, para os viticultores. O cumprimento por parte de todos os agentes destes prazos, permitiu que os dados sobre a colheita e produção estivessem disponíveis no final de Novembro e a abertura de contas correntes fosse antecipada para Dezembro (Douro e Duriense) e início Janeiro (Generoso). Pela primeira vez e porque estavam reunidas as condições essenciais, foram abertas as contas correntes de Vinho Generoso por cor.

A partir de final de Outubro foram remetidas para os serviços as DCP's relativas à Vindima de 2007, tendo sido recepcionadas 14.099 DCP's através de uma aplicação informática desenvolvida, pelos Serviços de Informática. A recepção e validação das DCP's envolveu também a verificação da sua consistência com os dados das Autorizações de Produção de Mosto Generoso (APMG) e validação dos NIF's.

Foram recolhidos e verificados, por amostragem, os dados indicados no Registo de Entrada de Uvas que, para os operadores que na Vindima adquiram uvas/mosto, foi submetido em suporte informático.

iii) Realização dos Pagamentos de Vindima.

Decorrente da obrigação de Princípio de Unidade de Tesouraria, a que o IVDP, e demais institutos públicos, estão sujeitos, foram introduzidas alterações na aplicação informática, desenvolvida pelos serviços de informática do IVDP, para os "Pagamentos de Vindima" de modo a considerar o pagamento de uvas/mosto/vinho, segundo uma das seguintes formas:

- Baseado em Contrato depositado no IVDP.
- Por transferência bancária.

Os seguintes valores dão uma perspectiva da evolução:

♦ Total de depósitos na Conta Produtores Vindima 2007:	109.561.311,55 €
♦ Pagamentos através de Transferência Bancária (17.032 transferências):	107.706.00710 €
♦ Total de pagamentos através de contratos depositados:	31.458.847,00 €

iv) Movimentos em contas correntes

O modelo de movimentação de contas correntes de todos os produtos vînicos no Douro, com excepção do vinho de mesa, foi melhorado no sentido de traduzir de forma mais célere e eficaz os movimentos realizados nas contas correntes. Alguns dos movimentos mais frequentes foram reformulados ao abrigo do Simplex, permitindo enorme economia de meios e aumento de eficácia nomeadamente na utilização de ferramentas de controlo.

v) Gestor Cliente

Procurando colmatar as dificuldades sentidas ao nível dos operadores, que lidavam com vários interlocutores dentro do IVDP, em 2007 e para os operadores com vendas superiores a 100.000 litros foi criada, nos serviços da Régua, a figura do Gestor de Cliente, único interlocutor com o operador. Numa primeira análise, e não

invalidando melhorias posteriores, nomeadamente no desenvolvimento de ferramentas informáticas que permitam consultas rápidas de dados, o balanço é positivo. Os operadores habituaram-se a recorrer (por fax, telefone ou e-mail) ao seu Gestor com questões de âmbito diverso, o que obrigou este a, por sua vez, ter de alargar o seu conhecimento abrangendo outras áreas de actuação, mas tornando-o capaz de responder a um enorme de questões relacionadas com o “seu” cliente.

3.2.2. Ficheiro Vitícola

Foi realizado pelo INESC um projecto-piloto de harmonização de conceitos, procedimentos e regras necessários para efectuar levantamentos de parcelas para uso de todas as instituições do sector. Em consequência da análise e desenho da arquitectura tecnológica do Sistema de Informação Vitivinícola da Região Demarcada do Douro efectuada em 2006.

O SCAF continuou a desenvolver outros trabalhos relacionados com a cultura da vinha, nomeadamente:

- Recepção dos pedidos de aptidão de solos para realização de transferência de direitos de replantação (TDR) dentro da RDD (Portaria n.º 1056/2000) bem como a emissão das respectivas declarações (151);
- Recepção dos pedidos de aptidão de solos para realização de TDR de fora da RDD (Portaria n.º 1056/2000) e emissão das respectivas declarações (38);
- Recepção dos pedidos de aptidão de solos para candidaturas de projectos de reestruturação de vinha ao abrigo do projecto Vitis (Portarias n.º 471/2007, de 18 de Abril) e emissão das respectivas declarações (861);
- Recepção dos pedidos de gestão global para realização de reestruturação de vinhas ao abrigo do art. 10.º do DL 254/98, de 11 de Agosto (165);
- Esclarecimentos relativos a direitos de replantação, enquadramento legal de parcelas de vinha e critérios de medição de áreas.

A equipa de Fiscalização intensificou as vistorias às parcelas de vinha, disponibilizando um técnico, dois dias por semana, para a execução das referidas vistorias.

As vistorias dividiram-se em:

- Situações detectadas pelo serviço de atendimento ou solicitadas por outros serviços (33);
- Situações identificadas no terreno pela equipa de Fiscalização (27);

Com a recepção do ficheiro com as últimas actualizações cadastrais foram emitidas as APMG's em 6 de Agosto.

Durante o período de vindima o serviço de Atendimento procedeu:

- À recepção das reclamações sobre a não recepção das APMG's ou incorrecções na suas emissões;
- À análise e recepção dos processos de rectificação de informação cadastral remetidos pelo Cadastro da Casa do Douro e emissão das novas APMG's após a devolução, por parte dos Viticultores, das APMG's iniciais;
- À análise dos processos de rectificação de áreas e averbamentos pendentes comunicados pelo serviço de Cadastro da Casa do Douro;
- À gestão, para efeitos de emissão de APMG's, das entidades com descontos, reconstituição de stocks, reposição de mosto generoso (cf. deliberação da Direcção do IVDP de 10/11/2005) e com parcelas em litígio;

O quadro seguinte quantifica bem a actividade desenvolvida:

APMG TOTAIS	27.721
Emitidas	27.574
Circular de Cepas (com APMG)	24.148
Circular de Cepas (sem APMG)	12.148
N.º Retenções para a APMG/ Circular de Cepas	4.243
CC e APMG devolvidas pelo CTT	823
APMG n/ reclamada vindima anterior	3.292
Outras retenções IVDP	128
Processos de reclamação/ alteração cadastral	
Casa do Douro	1.116
Processos de Atendimento de Vindima	
IVDP	1.271
Total de Processos	2.387

3.2.3. Medidas de Intervenção

Sob a responsabilidade do IFAP, desde 1 de Agosto de 2006, compete ao IVDP a divulgação e o processamento administrativo e de controlo, na área da RDD, para as Medidas de Intervenção (MI) previstas na Organização Comum do Mercado Vitivinícola.

O quadro seguinte resume o volume de trabalho desenvolvido pelo IVDP no âmbito das medidas de intervenção para a campanha de 2006/07.

Medida de Intervenção	Documentos validados	Processos para aprovação	Pedidos Ajuda/Adiantamento processados	Controlos
Prestação Vínica	3.898		1.074	142
Destilação Voluntária	335	21	31	19
Proposta de Entrega de Álcool	82		18	16
Ajuda Secundária Armazenagem de Destilados	0	1	1	1
Armazenagem Privada	0	23	23	11

O valor das ajudas processadas na campanha 06/07 totalizaram cerca 4.662 m€.

No sítio do IVDP www.ivdp.pt foram divulgados os aspectos mais relevantes das MI: Prestação Vínica, Destilação Voluntária e Armazenagem Privada.

A apreciação de candidaturas por parte do IFAP utilizou uma ferramenta disponibilizada no sítio do IVDP que permite a consulta on-line em formato "pdf" das Declarações de Colheita e Produção dos produtores da RDD.

3.2.4. Certificação da DO Douro

3.2.4.1. Controlo Externo

i) Rótulos e Selos de Garantia

A aprovação de rótulos e a venda de selos de garantia, são dois indicadores importantes na avaliação quantitativa de serviços prestados.. Durante o ano de 2007, foram aprovados 3.811 rótulos e maquetas para utilização na comercialização dos Vinhos DOC Douro e IG Duriense. Este valor representa cerca de 55% mais do que no ano anterior.

Igualmente se verificou em 2007, um aumento significativo da venda de selos, relativamente ao ano anterior:

	Litros 2007		Litros 2006		Variação 2006/2007
	Selos em litros	% Tipo Vinho	Selos em litros	% Tipo Vinho	
DOC	20.183.568	50,9%	19.174.666	53,5%	5,3%
MOSC	3.945.053	9,9%	4.119.192	11,5%	-4,2%
REG	15.499.916	39,1%	12.547.989	35,0%	23,5%
Total	39.628.537	100,0%	35.841.847	100,0%	10,6%

Relativamente às tendências na utilização dos diferentes tipos de selo, constatou-se que continua o aumento ao recurso aos selos etiqueta adesiva e incorporados em contra rótulo, diminuindo a utilização dos selos cavaleiro.

O anexo II detalha os selos vendidos por tipo de vinho, tipo de selo.

ii) Fiscalização de Vindima

Tal como em anos anteriores durante o período de vindima são desenvolvidas pelos Serviços de Fiscalização algumas acções específicas de modo a garantir o cumprimento das normas em vigor, especialmente as consideradas no Comunicado de Vindima 2007.

Estes controlos incidiram, essencialmente, nos centros de vinificação, nas estradas e vistorias nas vinhas. À semelhança dos anos anteriores o IVDP contou com a colaboração da Brigada Fiscal da GNR de Coimbra.

Decorrentes da efectivação destas acções foram controlados 87 centros de vinificação, 259 registos de entrada de uvas e 257 viaturas.

Na sequência destes controlos foram levantados 125 autos de notícia, dos quais 45 deram origem a processos contra-ordenacionais e à selagem de 317.467 litros de Vinho Generoso e 7.811 litros de vinho tranquilo.

iii) Fiscalização das DO Douro e IG Terras Durienses

O ano de 2007 foi importante para a continuidade da consolidação das contas correntes, recorrendo aos controlos físicos de existências.

Por outro lado foi implementado em 2007 o sorteio das acções de fiscalização aos operadores, sedeados na RDD, introduzindo-se assim aleatoriedade na determinação dos agentes económicos a fiscalizar. O sorteio tem como base critérios objectivos, ou seja factores de risco como o volume operado e o histórico da empresa, orientando-se assim as acções para onde a probabilidade de infracção é maior.

Tendo como principal objectivo a continuidade no apuramento das existências da totalidade dos produtos vínicos, para reflexo no acerto das Contas Correntes, foram realizadas 88 verificações de existências onde se apuraram as seguintes quantidades (litros):

Vinho Generoso	30.358.961
VQPRD	11.399.966
Moscatel	6.243.632
VEQPRD	11.573
Regional	1.492.687
Vinho de Mesa	521.518
Aguardente	507.045
Outros	2.370

3.2.4.2. Auditoria de Qualidade e Controlo Laboratorial

i) Auditorias de Qualidade

Foram realizadas auditorias do processo produtivo e vistorias de instalações (verificar o estado das mesmas, condições de funcionamento, inspecção de materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os vinhos, produtos e processos de limpeza e manutenção), tendentes à inscrição de 55 agentes-económicos de vinhos do Douro e 6 de vinho generoso/Porto, como se pode verificar nos quadros seguintes:

Inscrições para DOC Douro/IG Duriense

Actividade (Dec. Lei nº 178/99)	Nº inscrições
Vitivinicultor/engarrafador	31
Produtor/Engarrafador	1
Produtor/Armazenista/Engarrafador	10
Armazenista	6
Armazenista/Engarrafador	5
Negociante sem estabelecimento	2
Total	55

Inscrições para Vinho do Porto

Actividade (Dec. Lei nº 166/86)	Nº inscrições
Produtor-engarrafador	4
Comerciante vinho generoso	2
Total	6

Na qualidade de Entidade Interlocutora do Instituto do Vinho e da Vinha, IP, para a Região Demarcada do Douro, recepcionamos e instruímos 74 pedidos de inscrição/actualização de agentes-económicos para o exercício da actividade no sector vitivinícola, que foram remetidos para os serviços competentes do IVV em Lisboa.

ii) Controlo do produto nos pontos de venda

Prosseguindo o plano de acção iniciado em 2003, foram adquiridas nos principais pontos de vendas do mercado nacional 226 amostras em duplicado de vinhos DOC Douro, Moscatel e Regional Duriense, que foram submetidas a análise sensorial e laboratorial, para controlo de qualidade.

Do universo das 226 amostras adquiridas em Portugal, abrangemos 84 agentes-económicos entre os quais:

- 14 Adegas Cooperativas (AC);
- 37 Produtores/Armazenistas/Engarrafadores (PAE);
- 17 Vitivinicultores/Engarrafadores (VE);
- 10 Armazenistas/Engarrafadores (AE);
- 6 Produtores/Engarrafadores (PE).

Das 226 amostras consideradas: 187 são VQPRD's, 21 Regional Duriense e 18 Moscatel do Douro. Dos 124 VQPRD, 95 são correntes, 51 são Reserva, 5 Colheita Seleccionada e 4 Grande Escolha.

iii) Controlo Laboratorial

O ano de 2007 confirma a tendência crescente do nº de amostras para análise, em particular da finalidade Fiscalização da Denominação de Origem (FDO), com um aumento de 64%, traduzindo uma intensificação das acções de fiscalização de vinhos nas instalações dos Agentes-económicos:

	2006	2007	Variação
Processos admitidos	1889	2148	+ 13,7 %
Registos	1126	1257	+11,6%
FDO	251	411	+ 64 %

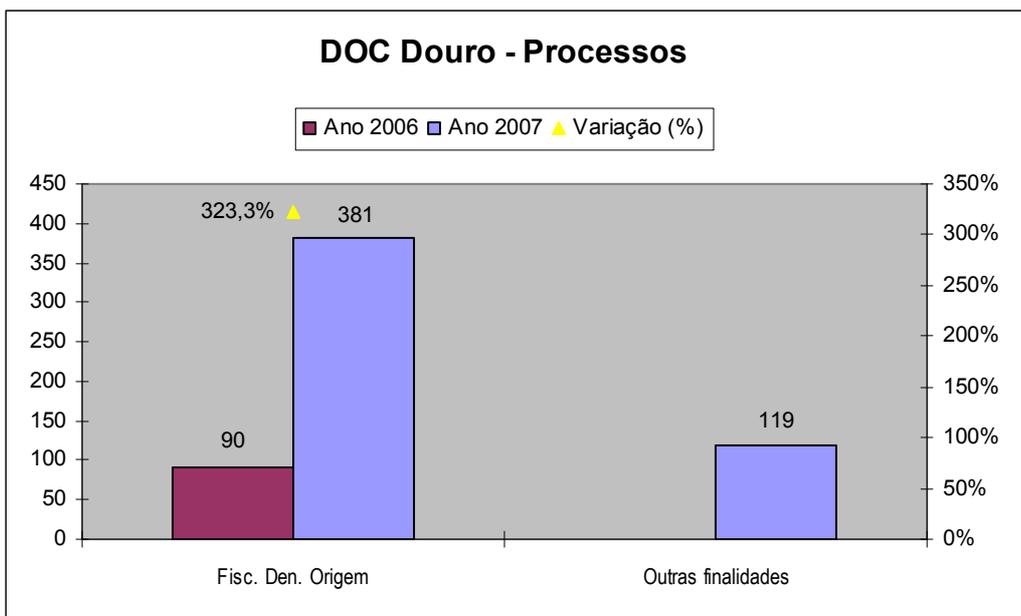
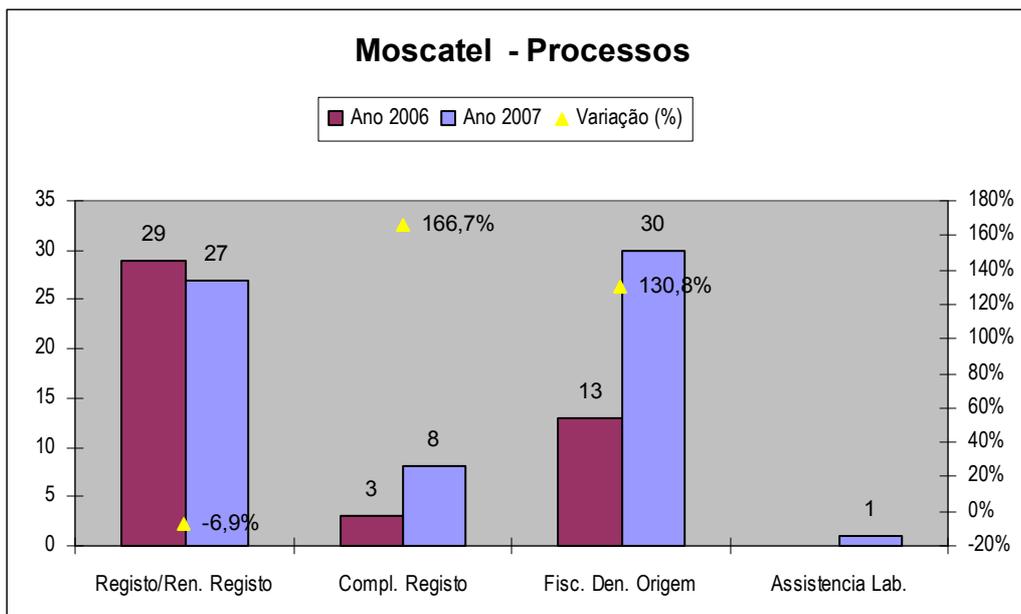
O laboratório do IVDP foi responsável pela execução das análises dos Vinhos Moscatel resultantes de certificações (registos, renovações de registo e complementos de registo), acções de fiscalização (linhas de engarrafamento, produto acabado e pontos de venda) e assistências laboratoriais.

No referente ao Moscatel, em 2007 registou-se um aumento de 47% no número de processos, resultante essencialmente do aumento de fiscalizações.

Em relação ao DOC Douro constatou-se um aumento significativo do número de processos, explicado não só pela intensificação das acções de fiscalização, mas também pela execução de análises no âmbito de serviços de assistência e controlo de qualidade (identificados por outras finalidades).

A continuação em 2007 do estudo de caracterização da composição dos vinhos oriundos da RDD, é responsável pelo elevado número de parâmetros analíticos executadas no âmbito das acções de fiscalização (em 2007 determinaram-se 14.872 parâmetros analíticos, mais 113 % do que em 2006).

O número de parâmetros executados em vinho Moscatel (1478), aumentou também consideravelmente relativamente a 2006 (16%).



3.2.4.3 Controlo Sensorial

O número de amostras apreciadas pela Câmara de Provedores Douro aumentou 13% relativamente ao ano anterior, conforme se poderá analisar na tabela seguinte:

	2006	2007	Varição 06/07
Nº de vinhos provados*	1.903*	2.179	13%
Registos	1.126	1.253	11%
FDO	396	563	42%
Recursos	50	46	-8%

* Incluídas as reapreciações de prova

Grande parte do incremento deve-se ao aumento de Fiscalizações de Denominação de Origem efectuado, o que corresponde a um maior acompanhamento do vinho que se encontra engarrafado e a ser comercializado.

Houve também um maior número de provas na finalidade “Registos” o que espelha o surgimento de novos vinhos na Região.

A taxa de reprovação na Câmara de Provedores de vinhos do Douro foi de 17%, mantendo-se praticamente constante em relação ao ano transacto (18%).

Relativamente à actividade da Junta Consultiva de Provedores Douro verificou-se uma diminuição (-8%) no número de amostras em que foi solicitada a sua apreciação. Tal como no ano anterior, este órgão confirmou 52% das decisões da Câmara de Provedores.

Concluindo, durante o ano de 2007 assistiu-se a um aumento de vinhos provados em relação ao ano anterior, tendo-se mantido as taxas de reprovação da Câmara e Junta Consultiva de Provedores.

3.2.5. Certificação e Controlo da DO Porto

3.2.5.1. Controlo Administrativo e Controlo Externo

As actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2007 consolidaram a execução das novas funções consequência do processo de reestruturação Institucional verificado.

Com a utilização das ferramentas informáticas de emissão/validação electrónica acentuou-se a diminuição do número de documentos impressos nos Serviços e diminuição dos prazos de resposta de emissão e validação desses documentos, bem como a diminuição das deslocações de interlocutores das empresas ao IVDP. Os valores estão apresentados no Anexo III.

Para a Denominação de Origem Porto manteve-se o modelo de controlo de acções de fiscalização, reajustando-se mais uma vez o sorteio informático a critérios de selecção das empresas baseados na experiência dos anos anteriores. Manteve-se também este ano a opção de efectuar o mesmo número de acções aos armazéns de produto acabado e linhas de engarrafamento, intensificando-se a diversidade de registos controlados, não apenas em vinhos correntes como também nas Categorias Especiais. Intensificou-se o controlo aos vinhos menos fiscalizados através de aplicação informática desenvolvida para o efeito.

Nas 1.422 acções de Fiscalização da Denominação de Origem sorteadas às linhas de engarrafamento e armazéns, realizadas em 2007, foram colhidas 1.233 amostras dos diversos tipos de Vinho do Porto que estavam a ser engarrafados no momento da acção ou em armazém, para serem submetidos à apreciação dos Laboratório e Câmara de Prova. Destas 1.233 amostras 77 reprovaram, sendo detectadas 44 desconformidades a nível de

prova e 33 relativas a aspectos analíticos. A maior parte destes processos deram origem a advertência escrita aos operadores, no sentido de procederem à sua correção. Contudo, verificaram-se 4 casos de desconformidades na prova que não foram confirmadas em sede de Recurso, 13 situações em que se procedeu a colheita alargada aos vinhos dos respectivos Registos, não tendo sido confirmadas as desconformidades em 10 situações e confirmadas em 3 casos. Foram verificadas e confirmadas 24 situações mais graves, relacionadas com aspectos qualitativos e que condicionaram a comercialização, conduzindo à anulação dos Registos e despejos dos vinhos engarrafados, num total de 67.308 litros.

Relativamente às colheitas aleatórias de amostras a transportes de vinho generoso a granel entre o entreposto de Gaia e a Região Demarcada do Douro, e de um total de 3.433 transportes validados pelos SFE, foram colhidas 449 amostras que, após análise sensorial e laboratorial, resultaram numa taxa de aprovação de 95%, representando as reprovações 22 lotes de vinho a granel com defeito a nível sensorial/análítico, abrangendo 8 operadores (dos 24 operadores atingidos por este tipo de fiscalização). No seguimento destas reprovações procedeu-se à informação escrita aos respectivos operadores, sobre os defeitos encontrados, solicitando aos mesmos que esclarecessem sobre o destino e/ou os respectivos tratamentos a dar ao vinho em causa. Os defeitos sensoriais/análíticos encontrados são essencialmente e tal como em anos anteriores: insuficiência ou ausência de fermentação, elevado teor de acidez volátil, elevado teor de sulfuroso, defeito sensorial não caracterizável e aroma/sabor atípico.

Considerando as diferentes intervenções efectuadas pelos Serviços de Fiscalização Externa (Fiscalizações determinadas por sorteio, controlo de cisternas à entrada do EG, Exportações para o Brasil, Devoluções, Vinhos Desclassificados ou Modificados para fins alimentares e outras fiscalizações) foram recolhidas no total 1.920 amostras de Vinho Generoso/do Porto. Este número não inclui as 493 amostras adquiridas nos pontos de venda e que são objecto de análise no ponto seguinte.

O Anexo III apresenta os dados estatísticos relativos às acções mais significativas realizadas por estes Serviços.

3.2.5.2. Controlo nos Postos de Venda / Grandes Superfícies

Foi dada continuidade às acções de controlo de qualidade junto dos pontos de venda e distribuição que abrangeram todo o território nacional e, no plano externo, alguns dos principais mercados consumidores, designadamente a França, a Bélgica, a Holanda, a Espanha, o Reino Unido, a Suíça, a Dinamarca e a Noruega.

Mantiveram-se os critérios de compra estabelecidos no ano anterior, incidindo a procura, nos mercados estrangeiros, nos Vinhos do Porto das categorias Reserva, Reserva Tawny e Reserva Ruby, 10 Anos e LBV's, não só BOB's como também marcas próprias. Acrescentou-se o critério de compra de todos os BOB's de categorias especiais encontrados, pois verifica-se um aumento deste tipo de vinhos na grande distribuição dos mercados europeus. Tentou-se abranger o máximo de operadores, nomeadamente Produtores Engarrafadores, cujos vinhos se encontram mais facilmente no mercado nacional.

Assim, com base nesses critérios e no histórico de cada lote/registo, foram adquiridas um total de 493 amostras de Vinho do Porto, das quais 320 no Mercado Nacional e 173 nos principais distribuidores dos mercados estrangeiros visitados, as quais foram submetidas a análise sensorial e laboratorial: 49 foram reprovadas pela Câmara de produtores sendo 20 de Comerciantes de Gaia, 19 de Comerciantes do Douro e 10 de Produtores Engarrafadores; 14 estão reprovadas no laboratório das quais 6 de Comerciantes de Gaia, 4 de Comerciantes do Douro e 4 de Produtores-Engarrafadores; 5 estão reprovadas em ambos os sectores sendo 1 de um Comerciante de Gaia e 4 de Produtores-Engarrafadores.

No total, abrangeram-se 61 operadores, correspondendo a 17 do Entreposto de Gaia e os restantes 44 da RDD, dos quais, 18 Comerciantes e 26 Produtores Engarrafadores.

A distribuição da amostragem por tipo de operador e das respectivas reprovações revelou-se da seguinte forma:

Tipo Operador	Amostras adquiridas por Tipo Operador	%Amostras adquiridas por Tipo operador	Amostras reprovadas por tipo de operador	%Reprovação por Tipo Operador
Comerciante EG	328	67%	25	7,6%
Comerciante RDD	110	22%	23	21%
Prod-Engarr.RDD	55	11%	10	18%
Total	493	100%	58	12%

3.2.5.3. Auditoria de Processo

Deu-se continuidade às acções de Auditoria de Qualidade e de Segurança Alimentar nas instalações dos operadores, no Entrepósito de Gaia (EG), designadamente através do levantamento do estado das instalações, condições de funcionamento, inspecção de materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os vinhos, produtos e processos de limpeza e manutenção, análise dos sistemas de verificação e resultados pelas empresas que utilizam tal controlo, nos termos do Decreto-Lei n.º 132/2000, de 13 de Julho.

Estas auditorias realizaram-se no âmbito de vistorias de extensão de entreposto fiscal pedidas por operadores do EG, resultando numa análise exaustiva das instalações, equipamentos, matérias primas, operações tecnológicas, procedimentos de higiene e segurança alimentar (HACCP), com emissão do respectivo relatório de vistoria, necessário à autorização de laboração das instalações vistoriadas, tanto para o IVDP como para a DGAIEC.

Deste tipo de controlo resultaram um total de 5 Vistorias de Qualidade e Segurança Alimentar.

3.2.5.4. Laboratórios

O Laboratório deu continuidade ao trabalho analítico relacionado com a certificação e controlo da Denominação de Origem Porto e Douro bem como a assistência técnica. A este serviço está subjacente um trabalho de controlo de qualidade e manutenção da acreditação.

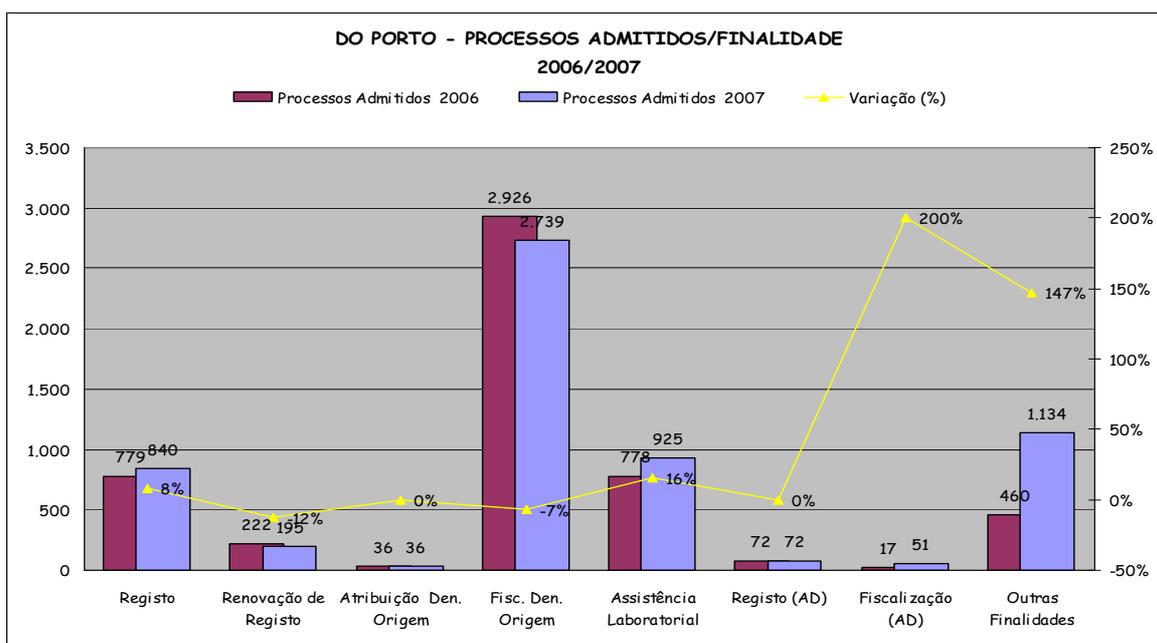
O Laboratório empenhou-se igualmente, na concretização dos objectivos definidos para 2007 dos quais se destaca:

- ♦ Substituição do método de determinação dos ácidos sórbico, salicílico e benzóico (substituição do método manual por método instrumental) e sua acreditação.
- ♦ Avaliação e simplificação das rotinas no Laboratório que incidiu na distribuição e armazenamento de amostras.
- ♦ Simplificação documental centrada na informatização e definição de uma nova estrutura para os métodos de análise.
- ♦ Compilação de artigos técnicos e recolha de padrões visando suportar a implementação do método para detecção da presença de pesticidas em vinho da RDD.
- ♦ Continuação da monitorização dos níveis de contaminação em Chumbo, Cobre e OTA nos vinhos produzidos na RDD.
- ♦ Início do estudo de caracterização dos diferentes tipos de Vinho do Porto com o objectivo de obter as respectivas funções classificativas, em conjunto com a Faculdade de Engenharia do Porto
- ♦ Continuação da caracterização da composição aromática das aguardentes utilizadas na elaboração do Vinho do Porto.
- ♦ Compilação dos dados relativos à caracterização taxonómica e fisiológica de leveduras autóctones da RDD, existentes na micoteca do IVDP.

- ♦ Implementação do método de determinação de TCA e desenvolvimento parcial do método de TBA e TECA. Validação de resultados obtidos na Câmara de Provedores através da quantificação desses parâmetros em vinhos que sensorialmente evidenciavam esse defeito.
- ♦ Implementação parcial dos métodos de determinação de propilenoglicol e etilenoglicol e início da avaliação destes compostos nos vinhos da RDD. Os resultados obtidos no Vinho do Porto revelaram que os valores estão dentro dos limites impostos pelo OIV.
- ♦ Continuação da recolha de resultados analíticos para estabelecimento de uma base de dados de parâmetros caracterizadores de vinhos Doc Douro / IG Duriense.
- ♦ Extensão da acreditação do Laboratório do IVDP a vinhos tranquilos para o dióxido de enxofre livre e total, ácidos (sorbico, salicílico, benzóico, tartárico, málico, succínico, láctico e cítrico), OTA, metanol e substâncias voláteis, cloretos, açúcares redutores, cádmio, glicerol, frutose, glucose e sacarose. Por acreditar ficou a determinação do pH.

Em 2007 foram admitidos no laboratório um total 5.992 processos o que traduz um aumento de 13 % em relação a 2006. Os aumentos mais significativos resultaram do acréscimo de pedidos de registo, de uma intensificação da fiscalização de aguardentes, de um aumento de processos de pedidos de exportações para o Brasil e de pedidos de devoluções.

Os gráficos seguintes demonstram o volume de análises efectuadas no âmbito das atribuições do IVDP:



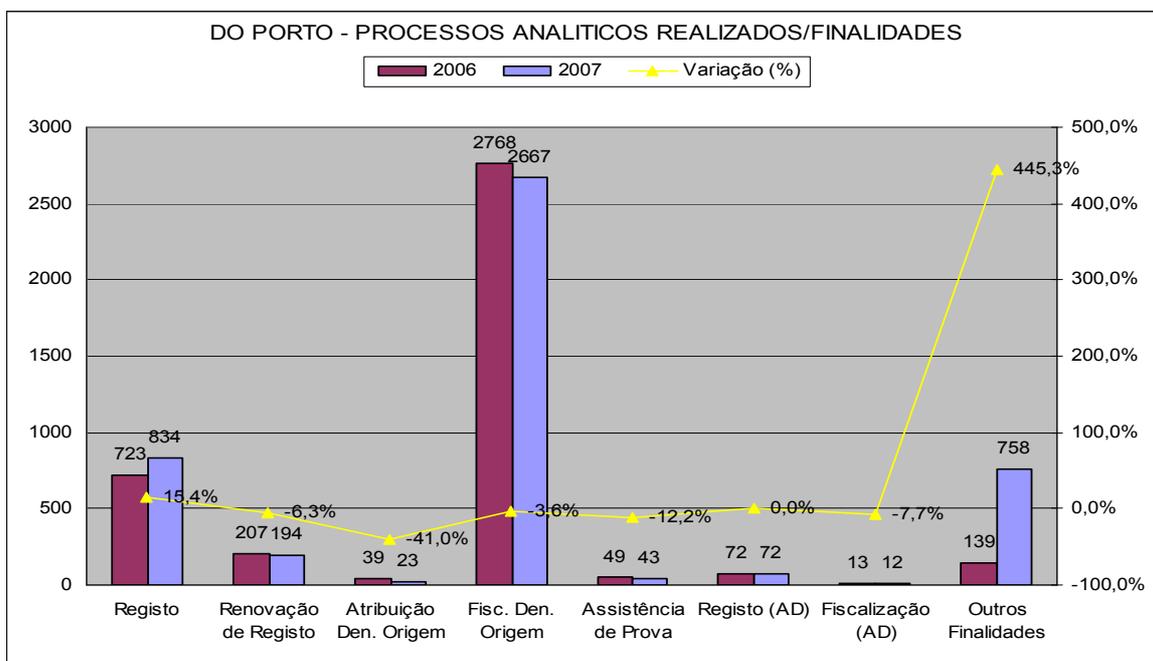
A estes processos corresponderam 141.868 parâmetros determinados, contra 123.958 determinados em 2006, ou seja um aumento de cerca de 14%, e que resultou, essencialmente, no aumento das determinações efectuadas nas fiscalizações, provas de classificação e assistências.

3.2.5.5. Prova

No ano de 2007, foram submetidas à prova 4.603 amostras, o que significa um acréscimo de 14,8%. Este aumento verificou-se sobretudo nos vinhos referentes às Provas de Classificação (amostras colhidas de camiões em trânsito para o Entrepósito de Gaia), as quais se encontram inseridas em "Outras finalidades", conjuntamente com outras operações de controlo da DO como o Varejo, Cedências e Certificados de Existência.

Os Registos são a outra finalidade que contribuiu positivamente para o aumento de vinhos provados, contrariando uma diminuição, pouco significativa, na maioria das restantes finalidades.

A maioria (cerca de 58%), dos vinhos analisados pelo Serviço de Prova é oriunda de acções de controlo de vinho engarrafado, efectuadas nas instalações dos Agentes Económicos e em postos de venda. Este dado encontra-se de acordo com a política do IVDP de essencialmente apreciar o vinho que efectivamente chega ao consumidor, em detrimento de amostras protótipo.



O Serviço de Prova manteve ainda o seu apoio ao Serviço de Comunicação e Marketing em acções de divulgação de Vinhos do Porto e Douro, em feiras, em provas comentadas e acompanhamento de profissionais de vinhos.

Como tem sido hábito, vários produtores participaram como júri em concursos de vinhos.

3.2.5.6. Certificação e Controlo Administrativo de Aguardente Vínica

No início de 2007 o IVDP, face ao crescente aumento de aguardentes certificadas em Espanha, definiu um novo modelo de actuação para a colheita dessas amostras e acompanhamento de todas as operações de movimentação de aguardente aprovada pelo IVDP.

Este modelo possibilita a certificação fora do país, com a intervenção de uma empresa reconhecida pelo IVDP para o desempenho das tarefas até agora por si executadas, a certificação em território nacional com manutenção de ajudas secundárias à armazenagem de destilados e a certificação directamente no utilizador da Aguardente.

O desenvolvimento e acompanhamento deste novo modelo implicou a redacção de procedimentos próprios para a execução das operações de certificação e distribuição sem perdas de confiança por parte dos destinatários da aguardente. Uma equipa do IVDP deslocou-se às instalações de um operador espanhol para dar formação técnica à empresa que requereu o reconhecimento por parte do IVDP.

Paralelamente foram desenvolvidas acções de controlo nas instalações de utilizadores que receberam Aguardente certificada em Espanha nos termos do novo modelo.

O Quadro seguinte resume o impacto do novo modelo de certificação e distribuição de AD fora do território nacional.

Certificação novo Modelo	Certificação Espanha (l)	Certificação Directa em PT (l)	Certificação Directa em PT com MI (l)	Total Certificação (l)
Alvisa	500.000	480.593	0	980.593
Beam Global España	459.000	0	0	459.000
Gedesa	1.550.000	0	0	1.550.000
Vinícola del Oeste	1.986.000		1.329.570	3.315.570
Total	4.495.000	480.593	1.329.570	6.305.163

Foram efectuados controlos a oito utilizadores que receberam AD certificada em Espanha (811.429 litros), não se tendo verificado inconformidades.

Na área reservada ao sector no sítio do IVDP www.ivdp.pt foram disponibilizadas as seguintes funcionalidades:

- Emissão de Extractos Conta Corrente de Aguardente Vínica, com indicação de movimentos e saldos mensais;
- Comunicação de Lotas de Stock;
- Pedidos de Cedência de Aguardente Vínica e comunicação dos valores efectivamente cedidos;
- Comunicação de perdas acidentais e naturais;
- Pedidos de Desqualificações.

O quadro seguinte regista a evolução dos pedidos de aprovação de Aguardente Vínica em 2007 comparativamente a anos anteriores, bem como dos volumes aprovados.

	2007	2006	2005	2004
Total Entidades a solicitar a certificação	18	13	12	11
Total de Pedidos de Certificação	72	66	54	65
Volume (l) total candidato a certificação	25.790.716	23.482.655	23.800.357	27.220.584
Volume (l) total certificado	23.965.247	20.666.311	21.588.547	25.338.291

Em 2007 a Junta Consultiva apreciou dois recursos apresentados por entidades do sector das aguardentes, a taxa de confirmação foi de 50%.

No mês de Fevereiro decorreram as Jornadas Informativas de Aguardentes com a participação de fornecedores e utilizadores de aguardente, tendo como objectivo principal conhecer a posição do sector sobre o limiar da aromaticidade das aguardentes a certificar pelo IVDP. Destas jornadas que incluíram provas de aguardentes com defeito e com vários níveis de intensidade aromática, resultou um parecer no sentido de instruir a Câmara de Provedores para o aumento qualidade mínima exigível e para limite máximo de aromaticidade admitido.

3.2.5.7. A qualidade no Sistema de Certificação

As acreditações do Laboratório e da Câmara de Provedores cumprem os requisitos da norma NP EN ISO/IEC 17025 para acreditação de laboratórios de ensaio.

No decorrer do ano promoveu-se a disponibilização e divulgação de documentos em suporte electrónico dando-se continuidade à reorganização e simplificação do suporte documental do sistema de Gestão da Qualidade.

O sistema de Gestão da Qualidade implementado é avaliado, de forma independente, quer pelas auditorias internas quer pelas externas. Na vertente das auditorias externas ao Laboratório, para além da auditoria de acompanhamento, o IVDP solicitou a extensão de um elevado número de ensaios pelo que teve a necessidade de ter duas auditorias de extensão.

O grau de cumprimento dos requisitos normativos avaliado nas auditorias foi o seguinte:

Auditoria	Cumprimento da NP EN 17025 (%)
Auditoria Interna LAB	90,5
Auditoria Interna CP	91,6
Auditorias Externas: LAB e CP (IPAC)	92,2

O Laboratório do IVDP concretizou a extensão da acreditação com um acréscimo de 29% de parâmetros face aos já acreditados.

Por outro lado, a participação em ensaios interlaboratoriais permitiu também uma avaliação independente, regular e objectiva da qualidade dos resultados de análise de rotina e do desempenho dos laboratórios. Esta participação possibilita uma comparação dos resultados dos laboratórios com os produzidos pelos seus pares.

Em 2007, o Laboratório participou em diversos circuitos interlaboratoriais (EIL), com diferentes matrizes, num total de 817 participações, para parâmetros acreditados.

O quadro seguinte reflecte o resumo das participações, para os parâmetros acreditados, nos EIL durante o ano de 2007:

Circuitos EIL		Participações	Participações Satisfatória (%)
EIL 1	17 – Vinhos	433	97,7
	18 – Espirituosos	104	90,2
	39 – Vinho licoroso	74	100,0
	55 – Contaminantes	16	100,0
	81 - Aguardente	88	98,9
EIL 2	Vinho licoroso	52	100,0
	Vinho comum	50	97,8

A Câmara de Provedores não participou neste tipo de ensaios por inexistência de EIL em análise sensorial, no âmbito acreditado.

No que respeita à capacidade analítica do laboratório 44% dos parâmetros que efectua são acreditados, nas matrizes vinho licoroso e tranquilo e aguardente vínica. A taxa de acreditação nos diversos sectores de análise é:

Sector de Análise	Parâmetros acreditados
Mineral	92,9%
Cromatografia Gasosa	52,1%
Cromatografia Líquida	92,3%
Físico-Química	24,2%
Isotópica	0,0%
Microbiológica	0,0%

A Câmara de Provadores possui acreditados 100% dos parâmetros que efectua na matriz vinho licoroso / vinho do Porto.

3.2.5.8. Junta Consultiva de Provadores (DO Porto)

Em 2007 tiveram lugar 20 sessões da Junta Consultiva de Provadores (JCP).

A taxa de reprovação da Câmara de Provadores (CP) manteve o mesmo valor de 2006 (12%), tendo diminuído cerca de 21% o número de recursos apresentados.

Manteve-se a colaboração entre a Junta Consultiva e a Câmara de Provadores assim como o espaço de diálogo com os operadores.

Em 85% dos recursos os operadores optaram por participar na fase da sessão da Junta prevista para defenderem os seus vinhos.

2007	Nº recursos	Aprovados	Reprovados	Taxa confirmação
Vintage 2004	1	0	1	100%
Vintage 2005	10	6	4	40%
LBV 1992	1	0	1	100%
Data de Colheita	4	1	3	75%
10 Anos	20	9	11	55%
20 Anos	12	5	7	58%
40 Anos	4	2	2	50%
Reserva Tawny	5	3	2	40%
Reserva	3	0	3	100%
Reserva Ruby	5	3	2	40%
Tawny	14	7	7	50%
Ruby	2	1	1	50%
Total	81	37	44	54%

Observou-se assim um aumento da taxa de confirmação global para 54% (51% em 2006).

As situações que merecem realce em 2007 foram:

- ♦ O aumento da taxa de reprovação de tawnies por parte da CP (17,2% em 2006 e 22,4% em 2007), mantendo-se o número de recursos apresentados nos vinhos do Porto desta categoria, e tendo a taxa de confirmação da JCP sido de 50%;
- ♦ Vinhos com Data de Colheita: aumento da taxa de confirmação por parte da JCP, tendo a taxa de reprovação da CP sido superior à do ano anterior;
- ♦ Reserva Tawny: diminuição da taxa de confirmação (40% vs 50% verificada desde 2004). Neste ano, a taxa de reprovação na CP diminuiu substancialmente (na ordem dos 40% nos anos anteriores baixou em 2007 para 10%), assim como o número de recursos desta categoria.
- ♦ A taxa de confirmação para o caso dos Tawnies com 10 anos aumentou ligeiramente (55% em 2007 vs 43% em 2006).
- ♦ A taxa de confirmação para os Tawnies com 20 Anos aumentou também (58% em 2007 vs 33% em 2006);
- ♦ No registo dos Vintages 2005 verificou-se menor número de recursos do que no ano anterior relativamente aos Vintages 2004.

3.3. Serviço de Estudos e Economia

Procurando sempre assegurar melhorias na publicação atempada de informação estatística relativa às vendas de vinhos da RDD, e mantendo uma periodicidade menor para o do Vinho do Porto (mensal) do que para o caso dos vinhos da DO Douro e Regional Duriense (trimestral), foi ao nível destes últimos que em 2007 o SEE introduziu as maiores novidades:

- divulgando, pelo sector, informação mais detalhada relativa ao VQPRD Douro, nomeadamente em termos das vendas deste vinho por designação complementar (standard, Reserva, Grande Reserva ou equivalentes);

- enviando, pela primeira, vez aos respectivos agentes económicos uma ficha com a sua posição relativa nas vendas desses vinhos (à semelhança da ficha que há muito se envia aos agentes económicos que vendem Vinho do Porto).

Por outro lado, e no âmbito do tratamento e divulgação de informação obtida a partir de dados disponíveis no cadastro e nas contas correntes, foram também em 2007 pela primeira vez enviados aos respectivos agentes económicos, dados das vendas de Vinho do Porto por parte dos operadores de Vinho do Porto e dados das vendas de vinho generoso por parte das Adegas Cooperativas e Comerciantes de Vinho Generoso, conforme decisão do Conselho Interprofissional de Fevereiro de 2006.

Para além dessa recolha e tratamento de informação interna ao IVDP, o SEE procedeu, como é habitual, à recolha de informações externas sobre os vinhos da RDD e também de produtos concorrentes ou similares; análises comparativas sobre as vendas dessas bebidas, nomeadamente com base em dados da AC Nielsen, foram divulgadas no *sítio* do IVDP.

No âmbito dos Barómetros Bienais do Perfil dos Consumidores Portugueses de Vinho do Porto e de Vinho do Douro, não foi em 2007 realizado qualquer Estudo do Consumidor (habitualmente elaborados pelo SEE em colaboração com o IPAM/IDIM), uma vez que o Plano Estratégico para a RDD, encomendado este ano pelo IVDP, pressupunha já a realização de Estudos de Consumidor desses vinhos em vários mercados, incluindo Portugal.

Finalmente, em 2007 o SEE colaborou com outros Serviços do IVDP sempre que necessitaram dos elementos estatísticos que habitualmente trabalha, nomeadamente na reformulação dos critérios em que se baseia o sorteio das acções de fiscalização a levar a cabo pelos STP, na determinação dos vinhos a adquirir no âmbito do

controlo nos pontos de venda efectuado pelo SAQ, na definição dos operadores a incluir em acções do SCM e no apoio ao Conselho Interprofissional do IVDP para a definição do benefício.

Às actividades acima referidas há que acrescentar a edição, já habitual, do Relatório sobre as vendas dos vinhos da RDD.

3.4. Serviço de Informática e Comunicação

O ano 2007 fica assinalado pelo reforço da operacionalidade com o sector, via sítio do IVDP, fruto do aumento das funcionalidades disponíveis, prosseguindo-se o aumento da interactividade entre o sector e os serviços.

O aumento das ferramentas electrónicas disponíveis, implicou um aumento de operabilidade interna e simultaneamente um acréscimo do número de entidades que operam electronicamente com IVDP.

A - Projectos desenvolvidos no âmbito das Medidas inscritas no Simplex:

i) Desenvolvimento de um programa informático, em parceria com a DGAIEC, para a Emissão electrónica dos Certificados de Procedência. O programa processa os documentos que acompanham os transportes de vinhos aptos às DO's Douro e Porto, IG Duriense e Aguardente vínica certificada pelo IVDP a granel, da Região Demarcada do Douro para o Entrepósito de Gaia e vice-versa; e entre estes locais e o resto do país para a DO Douro e IG Duriense, assim como os documentos que comprovam o pagamento de taxas no caso da DO Porto.

ii) Criação de um programa informático que permite as transacções entre os operadores de Vinho do Porto e/ou Douro, autorizando que o registo destas operações, que implicam movimentos nas contas correntes de vinhos do IVDP, possam ser efectuados directamente a partir do terminal de computador;

iii) Desenvolvimento de um programa informático para registo das Declarações mensais de movimentos: Declaração mensal de movimentos de Produtos Vínicos e Selos/Cápsulas de Garantia afectos às DO Porto. Estas declarações de carácter obrigatório, passaram a ser efectuadas sem deslocações ao IVDP,

B - Outras aplicações Informáticas Desenvolvidas

iv) Criação de uma aplicação informática para concepção de uma intranet. Plataforma expansível e modular para utilização interna.

v) Desenvolvimento de uma aplicação informática para apoio à gestão da Câmara de Provedores do IVDP, permitindo a preparação das provas e a inserção dos seus resultados.

vi) Emissão de certificados e boletins de análise para as DO Douro e Porto, com resultados analíticos expressos em unidades diferentes das pré-defenidas, mediante a submissão de uma fórmula de conversão.

vii) Criação de uma aplicação informática que permite, através da gestão de documentos de acompanhamento e de movimentos de contas correntes, a monitorização do trânsito dos Vinhos do Douro e Porto entre os entrepostos do Douro e Gaia (e vice-versa) e destes para o resto do país, no caso dos vinhos do Douro.

viii) Gestão dos Contratos do IVDP, I.P.

ix) Criado o modelo de dados e repositório de informação que permitirá criar a partir dos dados enviados pelas empresas diversos tipos de pesquisa e cruzamento de informação com os volumes por elas comercializados. Esta aplicação criará um sistema de monitorização da traçabilidade do produto através do selo de garantia.

x) Criada a nova aplicação de Contas Correntes de Vinho do Porto."Conta única de Vinho do Porto", que centraliza as contas da Produção e do Comercio numa única conta corrente.

C - Novas funcionalidade em aplicações já existentes

- xi) Alteração ao programa de Gestão de NIB's de modo a permitir a inserção de forma segura de NIF's e o pagamento das liquidações atendendo à divisão percentual por entidade.
- xii) Rectificação ao programa de Gestão de Vindima de maneira a facultar o endosso das autorizações de produção de mosto generoso.
- xiii) Inclusão de novos parâmetros necessários ao "protocolo Brasil" no registo de resultados dos Laboratórios.
- xiv) Integração de novas fontes de importação de dados relativos a novos equipamentos dos Laboratórios.
- xv) Desenvolvido um módulo de alertas, para comunicação entre a distribuição de processos analíticos e os diversos sectores envolvidos.
- xvi) Criado um interface "amigável" para consultas diversas com possibilidade de exportação dos dados para folhas de cálculo.

Relativamente à Tesouraria do IVDP foram implementadas outras funcionalidades:

- xvii) Reformulada a aplicação de integração de receitas na contabilidade de forma a poder contemplar mais tipos de documentos: facturas e outros documentos externos (PHC).
- xviii) Criados os interfaces necessários à interligação com o programa de gestão de facturas electrónicas adquirido a terceiros.
- xix) Implementada uma solução de arquivo de documentos de anos anteriores por questões de segurança e performance.
- xx) Concebidas novas consultas na aplicação de Tesouraria: consulta de venda de documentos numerados e consulta de documentos emitidos por tipo de Pagamento / Recebimento.
- xxi) Adaptação do programa já existente em consequência da mudança da Conta Produtor para a Direcção Geral do Tesouro (DGT).
- xxii) Implementada uma solução de conciliação automática da nova Conta Produtor.
- xxiii) Criados os interfaces necessários à interligação com o programa de gestão de facturas electrónicas adquirido a terceiros.
- xxiv) Ateração do programa de interface com a DGT de forma a dar cumprimento à obrigatoriedade do envio de NIF em cada transferência.
- xxv) O Decreto-Lei nº 256/2003 de 21 de Outubro, tornou obrigatório a implementação da factura electrónica partir de 1 de Janeiro de 2007 para a Administração Pública. A aquisição do programa de gestão de facturas electrónicas implicou a criação de interfaces necessários à sua interligação com o programa de tesouraria e contabilidade existente no IVDP, de modo a cumprir o disposto no referido Decreto de Lei.
- xxvi) Correção ao programa de forma a permitir a gestão dos pagamentos de vindima.
- xxvii) No que respeita à Declaração de Colheita e Produção (DCP) alterou-se o módulo de abertura automática das contas vindima, de modo a permitir a abertura de contas na Conta única de Vinho do Porto, assim como a abertura de contas por cor de vinho.

Investimentos de Hardware e Software em 2007

Hardware	Quant	Valor
Rede IVDP - Rede 1Gb - Instalação de Fibra Ópticas		4 337 €
Protecção de Perímetro - Instalação de Alianças Porto e Régua		13 094 €
Computadores	24	25 826 €
Impressora Laser - departamental	6	6 408 €
Upgrade AS400 - Tape - Memória RAM e Disco		5 035 €
Material informático Diverso		4 289 €
Total		58 989 €
Software		
Desenvolvimento GIAE (Tesouraria - Caixas)		4 114 €
Upgrade Software - Loja e Solares		10 395 €
Desenvolvimento de um Portal Intranet/Internet ivdp.pt		20 328 €
Transacções de Vinhos – Vendas on-line		3 049 €
Declarações mensais movimentos on-line		3 050 €
Desenvolvimento site ivdp.pro		3 872 €
Total		44 808 €

3.5. Serviços Administrativos e Financeiros.

3.5.1. Serviço de Documentação e Informação

O SDI, em 2007, registou a cedência de cerca de 2.300 imagens no âmbito da sua colaboração em diversos projectos, designadamente edições de livros e revistas, exposições, trabalhos académicos, campanhas publicitárias, etc.

Em consultas directas efectuadas à biblioteca foram registados cerca de 855 requisições de monografias, sendo 205 efectuadas por utilizadores internos, que consultaram também 1.612 periódicos, o que significa um acréscimo em relação ao ano anterior, fruto da divulgação efectuada por via electrónica.

Da mesma forma, e a solicitação de bibliotecas de escolas e outras entidades, foram oferecidas publicações e material audiovisual, editados pelo IVDP, num total de 219 exemplares.

O SDI prestou igualmente, apoio à Escola E.B. 2,3 de Medas e Escola E.B. 2,3 de Lustosa, na realização de exposições dedicadas ao tema “250 anos da Região Demarcada do Douro” e ao Colégio de Sta. Maria de Lamas, na exposição intitulada “O Vinho do Porto e a Cultura Britânica”.

Com o apoio do SDI, foi também efectuado um trabalho de pós-graduação em Museologia, com base numa colecção de peças antigas do laboratório do IVDP. Deste estudo resultou a publicação de uma tese com a catalogação, identificação fotográfica e técnica e métodos de conservação das referidas peças.

Por último, refira-se a concretização, em 2007, da catalogação, por artigo, da Revista Douro Estudos & Documentos que conta já com 19 números. Desta forma, o site e a base de dados do IVDP são únicos na divulgação desta informação por via electrónica.

3.5.2. Serviços Administrativos

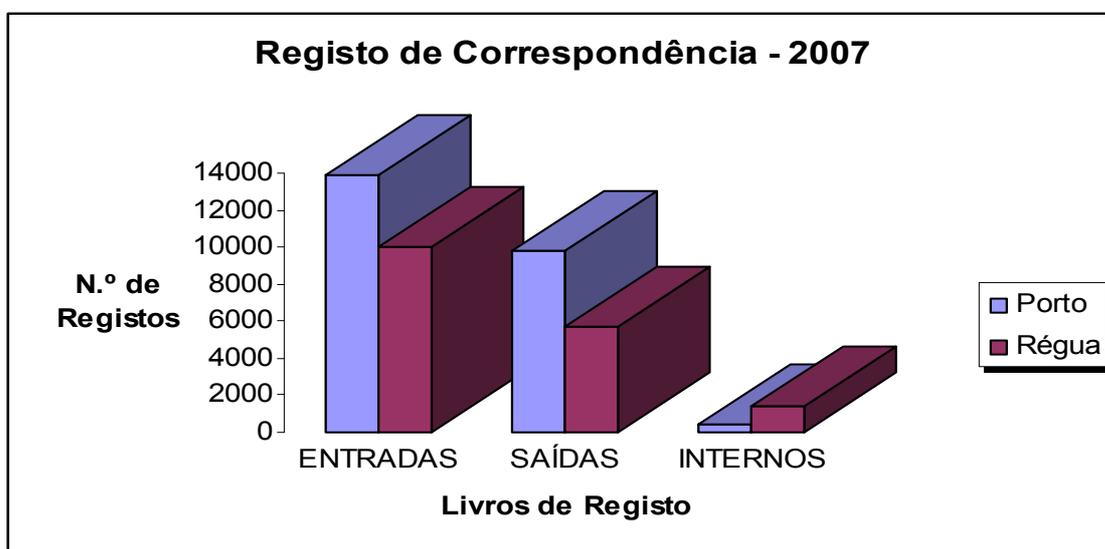
Na área da gestão documental concluiu-se, em 2007, a elaboração do projecto de Portaria de Gestão Documental do IDVP, envolvendo todos os serviços, o qual recebeu já o parecer técnico favorável da Direcção-Geral de Arquivos.

Em consequência da eminente publicação da referida Portaria, bem como da necessidade de ajustamentos decorrentes da actividade dos núcleos de arquivo ao longo dos últimos anos, deu-se início à revisão do Manual de Procedimentos de Arquivo. Este documento é um instrumento orientador para a gestão dos espaços e da própria documentação e informação.

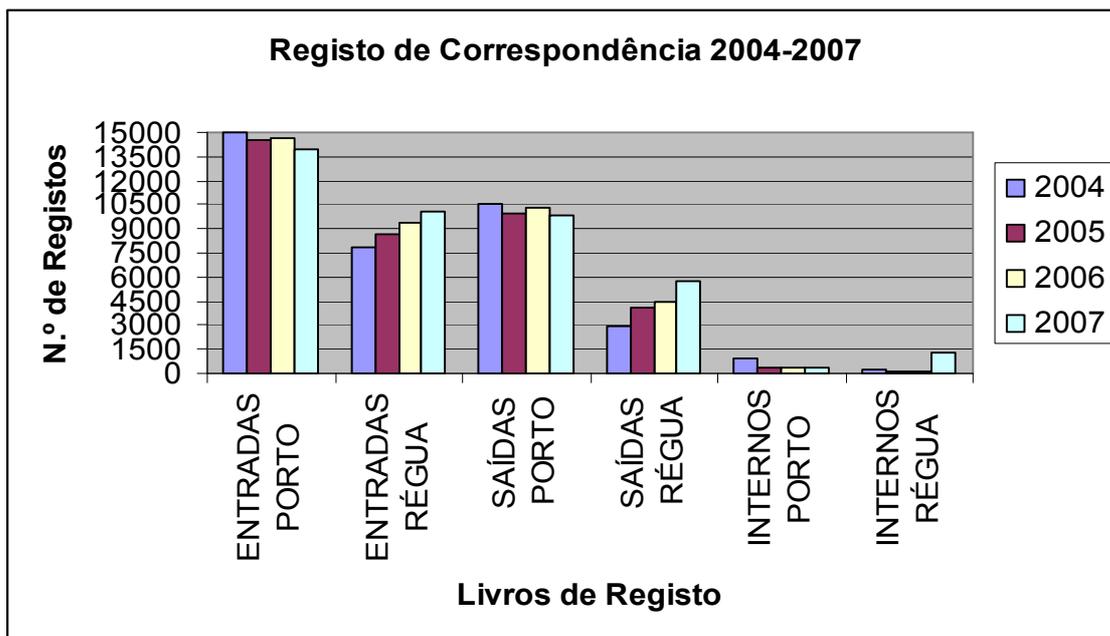
Refira-se, também, a participação do IVDP no Grupo de Trabalho de Gestão de Documentos / Arquivo Histórico do MADRP, no âmbito do qual foram realizadas 2 reuniões de trabalho para diagnóstico da situação de cada organismo do MADRP.

Ainda na área da gestão documental, foi feito um acompanhamento do estágio de dois estudantes do curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Arquivo Intermédio do IVDP. No âmbito dos referidos estágios foram inventariadas algumas dezenas de pastas tendo-se atingido, no final de 2007, um total de 1.504.

Da actividade corrente dos serviços administrativos assinala-se a permanente actualização das séries documentais, bem como o registo e digitalização de correspondência e de documentação interna, realizados no programa de gestão documental OWNet, que perfizeram um total de 41.288 registos, sendo a maioria referente à correspondência recebida (23.976), seguida da expedida (15.576) e, por último, da interna (1.736). Por locais, no Porto efectuaram-se 24.198 registos e os restantes 17.090 na Régua.



Comparativamente com os 3 anos anteriores, destaca-se o significativo aumento dos registos na Régua, tanto nas entradas, como nas saídas, reflexo do acréscimo de competências e do número de clientes. Relativamente aos registos feitos no Porto, para igual período, nota-se um ligeiro decréscimo. Esta situação relaciona-se com o maior número de aderentes à área restrita do sítio do IVDP, onde dispõem de um leque variado de operações “on-line”, diminuindo, desta forma, a correspondência em suporte papel.



3.5.3. Património

Na área funcional do Património, como objectivo de maior alcance, salienta-se a conclusão da inventariação dos bens passíveis de serem considerados imobilizado das instalações do Porto.

A referida inventariação foi elaborada com recurso ao programa informático da contabilidade que dispõe de um módulo complementar para a gestão do imobilizado, o qual permite, para além da inventariação física, um sistema de etiquetagem com sincronização de dados entre as duas aplicações.

Visando garantir a constante actualização do processo de inventariação, procedeu-se à actualização do Manual de Procedimentos do Cadastro e Inventário do Património do IVDP, tendo sido a sua implementação concretizada com êxito.

Ainda no âmbito desta área funcional foi concretizada, em colaboração com o Serviço de Informática, uma aplicação para gestão de contratos e protocolos, a disponibilizar na intranet do IVDP.

3.5.3.1. Contabilidade

Na sequência do convite para o IVDP integrar o grupo de entidades piloto que irão, a partir de 2008, submeter via electrónica, ao Tribunal de Contas (TC), as respectivas contas, realça-se a introdução, com sucesso, dos dados dos documentos de prestação de contas da gerência de 2006, na aplicação informática, desenhada pelo TC, para o efeito.

A referida aplicação, permite aos utilizadores, uma vez registados e autenticados, entregar os documentos via Internet através da importação de ficheiros em formato XML ou carregamento manual de dados.

Por sua vez, com o objectivo de tornar mais célere o lançamento dos caixas das tesourarias do Porto, da Régua e dos Solares e, ao mesmo tempo, diminuir eventuais erros nos lançamentos, está a ser desenvolvida uma aplicação informática que possibilitará a sua integração automática no programa da contabilidade. Em 2007 atingiu-se um grau de execução da referida aplicação de 90%, estimando-se a sua conclusão no início do 1º trimestre de 2008.

3.5.3.2. Tesouraria

No cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros nº 137/2005, foi desenvolvida uma aplicação que permitiu que, no início de 2007, a tesouraria dispusesse de um serviço de envio de factura electrónica, via e-mail, em documento que, de acordo com a lei, é validado com assinatura electrónica avançada.

Assim, na sequência de uma circular endereçada aos clientes, foram realizados 15 acordos de recepção de facturas em suporte electrónico, dos quais 2 ainda aguardavam aprovação.

3.6. Auditoria Interna e Controlo de Gestão

3.6.1. Auditoria Interna

Realizaram-se diversas auditorias, de periodicidade não regular, essencialmente à Loja e aos Solares do IVDP, contemplando essencialmente a contagem das mercadorias existentes em stock, mas também a verificação do dinheiro em caixa e a conformidade do fundo de maneo, a agenda de dívidas, a documentação contabilística, etc. O plano seguido foi o que se segue:

MÊS	DIA	LOCAL
Janeiro	2	Solar da Régua
	2	IVDP Régua
	4	Solar e Loja de Lisboa
	19	Solar da Régua
	24	IVDP Régua
Fevereiro	6	Solar da Régua
	6	IVDP Régua
Maio	18	Solar de Lisboa
Julho	3	Solar e Loja de Lisboa
	5	Solar da Régua
	10	Solar do Porto
Dezembro	20	Solar do Porto
	20	Armazém de Rei Ramiro
	21	Solar da Régua

A execução do Plano Promocional de 2007, que representa a maior fatia de gastos variáveis do orçamento do IVDP, foi permanentemente acompanhada, conciliando a informação do Plano, que foi sofrendo alterações ao longo do ano, com a informação emanada do sistema de PAD's, assegurando a sua correcta inscrição no sistema da contabilidade por forma a garantir uma informação, coerente, única e consistente.

3.6.2. Controlo de Gestão

Efectuaram-se os quadros mensais de execução orçamental de despesa e de receita nos meses de Março e de Maio a Dezembro, não tendo sido possível cumprir sempre a data estipulada para a sua entrega (até dia 15 do mês seguinte). A partir do mês de Junho os quadros passaram a ser acompanhados por um pequeno comentário acerca da evolução dos principais números.

O acompanhamento mais atento e sistemático dos PAD's – com particular enfoque nos emanados do Plano Promocional - e a consequente conciliação com a Contabilidade levou à diminuição muito considerável dos cabimentos indevidos (duplicações, cancelamentos não ventilados, esquecimentos, etc), aumentando a cada momento a dotação disponível que permitiu uma melhor gestão das despesas em carteira. No final do ano, a sintonia destes dois sistemas – o sistema dos PAD's, por um lado, onde se ventila o detalhe dos Planos Promocional e de Investimento, e o software da contabilidade, por outro, que deve reflectir com rigor a informação daquele - permitiu-nos otimizar a execução orçamental ao ponto de diminuir para valores mínimos as situações dos cabimentos por comprometer e as situações dos compromissos por pagar (transitando para o ano seguinte). Por inerência, ao deter-se uma informação mais fidedigna e actual, toda e qualquer transferência de verba (por necessidade de reforço) solicitada é feita com maior critério e sustentação.

4. Recursos Humanos

Com o anúncio da reforma dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, operado através da recente publicação da Lei n.º 12-A/2008, o projecto de actualização do regulamento interno, bem como do quadro de pessoal do IVDP, ficou adiado para 2008, com o objectivo de permitir que a sua realização seja efectuada à luz do referido diploma.

Situação idêntica aconteceu com o projecto de adaptação do sistema de avaliação de desempenho (SIADAP) ao IVDP, em virtude da alteração do mesmo e consequente publicação, no final do ano, da Lei nº 66-B/2007.

4.1. Formação Profissional

Cumprindo o objectivo de melhorar a qualificação profissional dos RH e desenvolver novas competências realizaram-se 24 acções de formação, sendo 16 externas e 8 internas, num total de 1.099 horas, delas beneficiando 73 trabalhadores.

As acções de formação interna poderão vir a beneficiar de um financiamento do FSE, no âmbito do programa POPH – Medida 3. 3 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central e Local, através de candidatura a submeter em 2008.

4.2. Balanço Social

Em 31 de Dezembro de 2007 o total de efectivos era de 155, neles se incluindo a Presidência, num total de 2, bem como 8 contratos de prestação de serviços em regime de avença, 2 trabalhadores em regime de cedência especial e 2 trabalhadores em regime de requisição.

Foram registadas 7 saídas, sendo 1 por extinção de posto de trabalho, 2 por denúncia do contrato de trabalho por parte do trabalhador, 1 por aposentação, 1 por fim de requisição, 1 por fim da comissão de serviço e 1 por falecimento.

Com base na recolha de dados para a elaboração do Balanço Social, relativamente a 2007, fazemos, no anexo I, uma análise dos aspectos que consideramos mais relevantes no que se refere aos recursos humanos do IVDP.

5. Promoção Genérica

O IVDP tem a responsabilidade da defesa da imagem de todos os produtos vinícolas produzidos na Região Demarcada do Douro: Vinho do Porto, DO Douro e IG Duriense.

O plano promocional do IVDP para 2006, cuja execução está a cargo do Serviço de Comercialização e Marketing, teve como principais objectivos:

- O incremento da Estratégia de educação do público profissional sobre o vinho do Porto, produção e momentos de consumo.
- O aumento da notoriedade dos vinhos DOC Douro nos mercados internacionais, através da criação de imagem própria.
- A sistematização da divulgação de informação através do site.
- A aplicação de metodologias de avaliação das actividades inscritas no plano promocional.

A interacção da comunicação das duas DO a cargo do IVDP foi um desafio em 2007. No entanto, a promoção do Vinho do Porto continuou a ser a espinha dorsal das tarefas do SCM, pois constitui 75% do orçamento respectivo.

Dando continuidade à estratégia aprovada em CI, as acções visaram sobretudo atingir o público profissional, como jornalistas de vinhos, distribuidores, restauradores e restantes elementos do canal HORECA, escanções, prescritores de vinhos internacionais, alunos de escolas de hotelaria e turismo, assim como imprensa ligada à área do lifestyle e turismo, como complemento da promoção na componente “território” ligada aos Vinhos produzidos na Região Demarcada do Douro.

Desta forma, foram privilegiadas provas, seminários, participação em feiras internacionais e certames gastronómicos de grande qualidade, formação de jovens profissionais, assim como a visita de jornalistas ao Douro.

Do total das acções desenvolvidas, foram atingidos os seguintes públicos:

	Mercado Nacional	Mercados Externos
Consumidores genéricos	28.068	14.396
Consumidores conhecedores	159	6.393
Profissionais	93	5.895
Escolas Hotelaria, Restauração e Chefes de Cozinha	35	928
Viagens jornalistas	0	8
Totais	28.355	27.620

Com mais detalhe se explana a seguir as actividades em cada mercado.

5.1.Acções Promocionais

5.1.1 Portugal

As actividades promocionais no mercado nacional focalizaram-se no incremento na notoriedade para consumidores, não esquecendo os profissionais da restauração como complemento. A cargo do IVDP foram organizados 4 eventos com um impacto significativo na promoção dos vinhos do Douro e do Porto:

- i. O “Concurso de gastronomia com vinho do Porto”, que desde a última edição inclui também os vinhos DOC Douro, envolvendo 60 restaurantes de referência de todo o país;

ii. O “Porto e Douro Wine Show” que acolheu 6.000 pessoas em Lisboa, durante 3 dias, onde as empresas puderam apresentar os seus vinhos e onde se realizaram vários seminários e provas que colocaram em destaque os vinhos da Região Demarcada do Douro;

iii. Participação com um stand na Alimentaria, que contou com 16 empresas;

iv. Campanha de promoção em pontos de venda, nos principais hipermercados do país, tendo sido realizadas 6.945 provas.

O IVDP estabeleceu ainda parcerias com várias entidades que permitiram a sua participação em eventos onde afluiu o tipo de público-alvo estratégico. Neste sentido, participou na Bolsa de Turismo de Lisboa, onde foram servidos cerca de 2.000 cálices de vinho do Porto, no encontro com o Vinho e Sabores, também em Lisboa, que contou com 1.080 visitantes no seu stand e 36 pessoas na prova comentada. No “Festival Nacional do Vinho”, em Santarém, foram efectuadas 400 provas e uma prova de harmonização com o chefe Luís Baena para 44 pessoas. Na “Essência do Vinho”, no Porto o IVDP efectuou 3 seminários, dois sobre vinho do Porto e um sobre vinhos do Douro em que participaram um total de 79 pessoas e no evento “Lisboa Celebra o Vinho” onde se efectuaram dois seminários que reuniram 110 pessoas e foram realizadas no stand do IVDP 2850 provas.

O IVDP apoiou ainda alguns outros eventos, por solicitação de terceiros, como congressos ou seminários, fora do âmbito dos vinhos, e Portos de Honra. Nestas actividades atingiram-se 1718 pessoas.

5.1.2 – Reino Unido

No Reino Unido foi efectuada comunicação sobre os vinhos do Porto e sobre os vinhos do Douro, com estratégias diferentes. Em 2007, o público-alvo para o Vinho do Porto continuou a ser o consumidor final, devido ao grau de notoriedade deste produto no mercado e para os vinhos do Douro os profissionais e a imprensa.

Relativamente ao Vinho do Porto a comunicação baseou-se na promoção do estilo Tawny, menos conhecido no Reino Unido, com o objectivo de alargar o tipo e os momentos de consumo, fazendo um esforço para dessazonalizar este consumo. Neste âmbito, foram realizados três roadshows em Londres, York e Edimburgo, num misto de actuação sobre profissionais e consumidores, tendo sido atingidos 2.177 pessoas. Incluído nestes eventos realizou-se uma prova de Vintages de 1977 em Londres onde participaram 79 pessoas, todos profissionais e imprensa. Ainda nesta cidade, o IVDP participou na 3ª edição do “Wine Show”, que contou com a participação de agentes das empresas de vinhos do Porto e do Douro e onde foram servidos 7.600 provas.

Relativamente aos vinhos do Douro, foi iniciada uma estratégia de comunicação própria, que se centrou no contacto com jornalistas de revistas e jornais, da especialidade e genéricos, e preparada uma imagem própria destes vinhos no mercado.

O IVDP participou ainda na London International Wine Fair, onde apoiou a participação de três empresas de vinho do Porto e Douro. Foi também efectuada uma série de eventos de comunicação em que participaram 233 pessoas. No balcão genérico do stand foram efectuadas cerca de 800 provas.

5.1.3 – E.U.A.

As actividades principais neste mercado resultaram do projecto “Wine Origins”, no seu terceiro ano de actividade.

Este projecto visa a defesa e divulgação da denominação de origem, enquanto conceito e ferramenta para a criação de valor e resulta de uma parceria com o Champagne e o Vinho de Xerez. Foram desenvolvidas várias acções de divulgação em Boston, Nova Iorque, Chicago, Aspen e Washington, D.C., onde jornalistas, profissionais e alunos do canal HORECA e consumidores foram contactados e participaram em actividades de degustação e seminários sobre vinho do Porto. A manutenção do site “www.wineorigins.com” e a campanha publicitária “*Where does your wine comes from: Location Matters*” em revistas americanas da especialidade, apoiou o projecto na sua divulgação. Também foram efectuadas actividades nas lojas especialistas de vendas de vinho. Este projecto visa alertar o público consumidor americano para a importância de uma etiquetagem correcta das garrafas sobretudo sobre a proveniência dos vinhos que consomem e beneficia do apoio da UE.

Foram ainda realizadas oito provas de vinho do Porto nas cidades de São Francisco, Chicago, Miami, Nova Iorque, Los Angeles, Portland, Seattle e Boston, tendo participado um total de 2.563 pessoas. O objectivo destas provas foi o desenvolvimento de contactos comerciais dos agentes económicos do Douro e foi executada em colaboração com a Viniportugal no âmbito do programa PRIME.

5.1.4 – Alemanha

As actividades do IVDP neste mercado centraram-se na feira internacional ProWein, onde foram comunicados os Vinhos do Douro e Porto. Neste certame participaram 15 empresas do Vinho do Porto, algumas com espaço próprio na área colectiva do IVDP. Realizaram-se ainda actividades promocionais com o conhecido chefe alemão Carsten Dorhs, onde participaram 490 pessoas. No balcão genérico do IVDP foram ainda servidas 1.310 provas de vinhos do Douro e do Porto.

5.1.5 – Canadá

Durante o ano de 2007, foi dada prioridade às provas de vinho do Porto nas províncias de Quebeque e Ontário. Nestas provas, cujo objectivo é mostrar os novos produtos aos profissionais e aos monopólios daquele país participaram 685 pessoas em Montreal e 350 em Toronto.

5.1.6 – França

O ano de 2007 foi de continuidade para o projecto que o IVDP tem vindo a desenvolver com o ministério da educação francês. Foram efectuadas provas e animações em 22 escolas atingindo cerca de 568 alunos. Em simultâneo foi criada por proposta da comissão de acompanhamento deste projecto, que integra professores, inspectores do ME francês, o Syndicat de Grandes Marques de Porto e o IVDP uma pasta pedagógica (“malette pedagogique”) cuja execução coube a este Instituto. Em particular, de referir que já no final do ano e para integrar a pasta pedagógica o IVDP concebeu e executou uma caixa de cores do Vinho do Porto. A sua divulgação a todas as escolas envolvidas será efectuada no início de 2008.

5.1.7 – Espanha

Deu-se continuidade às acções de formação junto das associações regionais de escanções de Espanha, tendo sido realizadas 6 acções de formação para escanções em Santander, Oviedo, Segóvia, Girona, Canárias e Madrid. As actividades centraram-se na ligação entre o vinho do Porto com chocolates. No conjunto destes seminários participaram 250 escanções, principalmente espanhóis, mas também alguns estrangeiros.

Junto dos profissionais de hotelaria, nomeadamente chefes de cozinha, foram realizadas duas provas em Valência e San Sebastian, onde estiveram presentes cerca de 40 profissionais.

O IVDP participou também na feira Salon del Gourmet, onde estiveram presentes 3 empresas de vinho do Porto e onde foram efectuadas 675 provas.

5.1.8 – Bélgica

As actividades de comunicação da Bélgica centraram-se numa parceria com o fabricante de chocolates Jean Galler e a formação em escolas de hotelaria a nível nacional. Com o primeiro foi realizada uma prova que incluiu os seus chocolates e várias categorias de vinho do Porto e em que estiveram presentes 80 pessoas. Na formação foram visadas 6 cidades e 7 manifestações em escolas de Bruxelas, Marcinelle, Namur, Lauvaina, Antuérpia e Koksido atingindo um total de 390 alunos sendo os temas principais a origem, produção e comercialização de vinho do Porto.

5.1.9 – Europa Central (Suíça e Itália)

Foi dada continuidade no marketing sobre o público especializado. Foi efectuada 1 prova para profissionais e prescritores em Zurique.

O IVDP recebeu em Julho um estágio de alunos da Universidade de Ciências Gastronómicas de Bra, Itália.

5.1.10 - Países Nórdicos (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia)

Para este conjunto de mercados centralizou-se a estratégia de promoção junto do público profissional. Assim, realizaram-se provas em Copenhaga, Aarhus, Oslo, Estocolmo e Helsínquia. Nestas provas participaram 1.869 profissionais dos monopólios, restaurantes, lojas e imprensa. Nas provas da Dinamarca participou também público consumidor conhecedor, assinantes da revista gastronómica Smag Behag e sócios de clubes de vinho.

5.1.11 – Brasil

As actividades deste ano no Brasil centraram-se na participação de feiras, provas para profissionais e jantares harmonizados para chefes e escanções e outros profissionais do sector.

As provas de vinho do Porto foram realizadas da cidade de Brasília e Curitiba que fez um contacto com 695 participantes. Na feira “Expovinis Brasil” o IVDP organizou um espaço conjunto dos vinhos do Douro e do Porto onde participaram 9 empresas e tiveram lugar vários eventos paralelos exclusivamente para profissionais onde participaram 144 pessoas.

Deu-se continuidade ao apoio dos solares de São Paulo e Curitiba e com estes foram realizados 7 jantares para profissionais repartidos entre estas cidades. Nestes jantares foi privilegiada a harmonia gastronómica com os vinhos do Douro e do Porto e participaram 313 pessoas ao longo do ano.

6. Lojas & Solares

Em 2007, o volume de negócios do Serviço de Lojas & Solares atingiu o valor de 1.108 m euros.

O encerramento da Loja do Porto no início do ano acabou por alterar o quadro comparativo dos dados. Nesse sentido, na análise da performance dos restantes espaços comerciais (Solares da Régua, do Porto e de Lisboa, e Loja de Lisboa), registou-se um crescimento de 0,27% (1.010 m euros).

Quanto aos resultados globais obtidos, assistiu-se a uma inversão da tendência de agravamento do prejuízo, passando de 60.796 para 23.844 euros (-60%). Na lógica da análise anterior, não considerando o Solar da Régua, as 3 unidades de negócios (Solar do Porto, Solar de Lisboa e Loja de Lisboa) apresentam uma melhoria global ao fechar o ano com um lucro de 15.716 euros, enquanto que no ano anterior esse resultado tinha sido deficitário (4.665 euros).

Com efeito, ao fim de 15 meses após sua abertura e numa altura em que o seu movimento superava as expectativas previstas no Plano de Investimento, o encerramento da Loja do Aeroporto do Porto acabou por contribuir para uma quebra do volume de negócios esperado para 2007. Por seu turno, o Solar do Porto, regista uma melhoria importante na sua performance, com o aumento de vendas a situar-se nos 9% (163.197 euros) e, simultaneamente, uma redução do prejuízo de 56,6% (23.062 euros), a que não será alheio uma redução do respectivo quadro de pessoal.

Verificando-se uma estagnação na facturação conjunta (805.879 euros, +0,17% que em 2006), os espaços comerciais de Lisboa (Solar e Loja) continuam a apresentar lucros de exploração (38.778 euros) embora com uma quebra de 20% em relação ao ano anterior. Se o Solar de Lisboa registou um decréscimo na facturação de 10%, a Loja de Lisboa terminou o ano de 2007 com o melhor resultado de sempre, atingindo o valor de 427.023 euros (+11,5%). Atendendo a que a Loja de Lisboa se encontrava na área internacional, este resultado é em grande parte explicado pelo movimento em sentido contrário ao que se verificou na Loja do Porto, com o efeito do

condicionamento do transporte de líquido nas aeronaves a transferir as intenções de compras por parte passageiros para a zona após o controlo da Polícia.

Lamentavelmente, e ao contrário do que seria nossa intenção, a ANA Aeroportos tomou a decisão de por termo à licença de ocupação da Loja de Lisboa, no dia 31 de Dezembro, argumentando que a mesma não se enquadraria no seu plano estratégico de desenvolvimento das áreas comerciais. Mesmo após diligências efectuadas pelo IVDP, aquela entidade manteve a sua decisão, encerrando um espaço que tinha como principal objectivo proporcionar ao passageiro a mais ampla gama de Vinhos do Porto, quer na óptica das categorias de vinhos, quer na óptica de marcas/operadores, sendo claramente considerado o estabelecimento comercial que, em Portugal ou no estrangeiro, detinha a maior extensão da referida gama e um sortido de grande qualidade de vinhos do Douro.

No que respeita à venda de garrafas, em 2007 houve uma quebra de 20%. Foram comercializadas no ano passado 45.080 garrafas de Vinho do Porto, enquanto que o Vinho do Douro vendeu 3.057 em igual período. De salientar que as categorias especiais de Vinho do Porto representam 62,5% das vendas globais de Vinho do Porto e 83% do volume de negócios.

ANEXO II – Tipos de selos vendidos para DO Douro e IG Duriense.

Tipo	Designação Produto	2007 (litros)	2006 (litros)	Varição por produto
	Selos VQPRD/Cavaleiro	2.945.809	3.454.053	-14,7%
	Selos VQPRD/Etiqueta Papel	6.341.663	6.646.755	-4,6%
DOC	Selos VQPRD/Etiqueta Adesiva	4.117.093	3.058.450	34,6%
	Selos VQPRD/Incorporado C.rótulo	6.779.002	6.015.407	12,7%
	Selos Moscatel/Incorporado C.rótulo	3.150.656	3.331.470	-5,4%
	Selos Moscatel/Cavaleiro	279.671	202.170	38,3%
	Selos Moscatel/Etiqueta Papel	60.750	58.076	4,6%
MOSC	Selos Moscatel/Etiqueta Adesiva	211.155	178.275,00	18,44%
	Cápsulas Moscatel	242.820	349.200,00	-30,46%
Tipo	Designação Produto	2007	2006	Varição por produto
REG	Selos V. Reg./Cavaleiro	1.329.218	2.360.264	-43,7%
REG	Selos V. Reg./Etiqu. Adesiva	11.825.683	8.417.628	40,5%
REG	Selos V. Reg./Inc. Contra-rótulo	1.507.649	557.846	170,3%
REG	Selos V. Reg./Cavaleiro Garrafão	837.365	1.212.250	-30,9%

ANEXO III: Quadro resumo das acções de controlo

I - Acções controlo	DOC Porto		DOC Douro	
	EG	RDD	EG	RDD
a) Iniciativa IVDP				
Acções	3929	547	366	356
Acções de FDO sorteadas	1422	33	-	63
Colheita de amostras para F.D.O.	1233	382	99	240
Outras Colheitas	58	-	-	-
Colheita de amostras cisternas	449	-	32	-
Fiscalização no acto de embarque	160	-	-	-
Varejos	3	34	-	83
Apuramento Físico de existências	88	-	9	-
Apuramento Físico de Rótulos	8	-	-	-
Apuramento Físico de selos de garantia	0	6	1	52
Apuramento Físico de existências - Vinhos de Quinta	5	0	-	-
Selagem de Vinho	10	83	1	14
Apreensões	0	9		1
Amostras Adquiridas – SAQ	493	-	225	
b) A solicitação do operador				
Acções Vinho do Porto / generoso	3917	248	314	60
Colheita de amostras FDO / Brasil	113	24	-	-
Recepção a cisternas com Vinho Generoso do Douro	3387	-	267	-
Recepção de Vinho devolvido	31	12	12	30
Transferência de Vinho do Porto a granel	75	-	22	-
Desselagem e Entrega de Vinho	38	61	6	15
Assistência a Despejos de Vinho	23	23	7	15
Colheita de amostras e Selagem de V. Porto (modificar / desclassificar)	24	-		
Acompanhamento a operações de modificação de Vinho do Porto	12	-		
Entrega Vinho do Porto modificado / desclassificado	50	-		
Acompanhamento V do Porto armazenado nas instalações de terceiros	159	-		
Vistorias	5	61		
Prestações de Serviço	0	64		

Colheita de amostras – Certificados de Existência	0	3		
Acções – Aguardente	345	99		
Colheita de amostras de AD Vínica	42	29		
Acomp. a operações de carregamento e selagem de cisternas com AD	281	55		
Recepção de cisternas com AD Vínica para Brandy	5	0		
Controlos de Qualidade	4	7		
Acompanhamento à desnaturação de AD vínica	5	1		
Desselagem e Entrega de AD desnaturada	4	0		
Desselagem e Entrega de AD Vínica	4	7		
TOTAL/ACÇÕES	8191	894	680	416

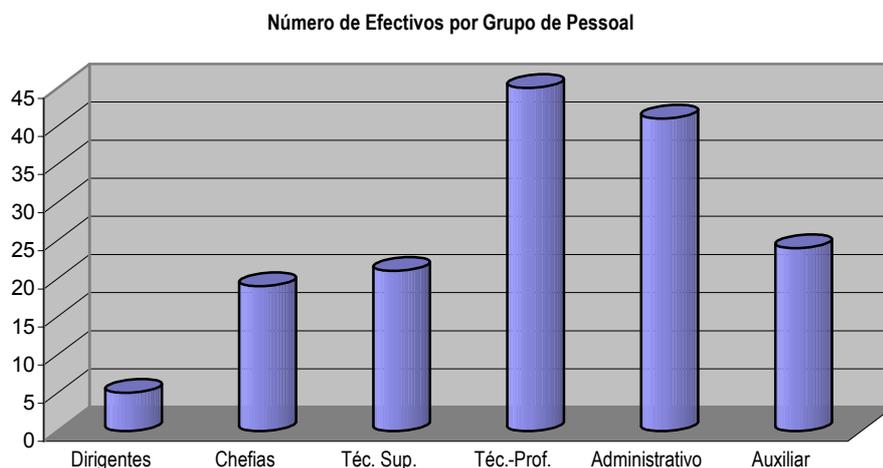
II - Acções administrativas

Certificação de D.A.A.s/DAS	12067	2191	1956	1848
Validação de D.A.A.s (transferências EG-RDD)	139	3889		
Validação de CDO manual	466	251	378	832
Validação de CDO electrónicos	3577	380	361	1016
Validação de RCDO manual	1509	724	708	1695
Validação de RCDO electrónica	13488	1467	764	2125
Validação de CN electrónico		616		1689
Validação de CN manual		107		1010
Compras e Vendas de vinho		575		509
Desclassificações				597
Autoconsumo				136
Apreciação de maquetas	2671	-	644	2666
sendo reprovadas	218	-	57	453
Apreciação de rótulos	4296	-	496	
sendo reprovados	66	-	7	
Transferência de rótulos entre Registos	539			654

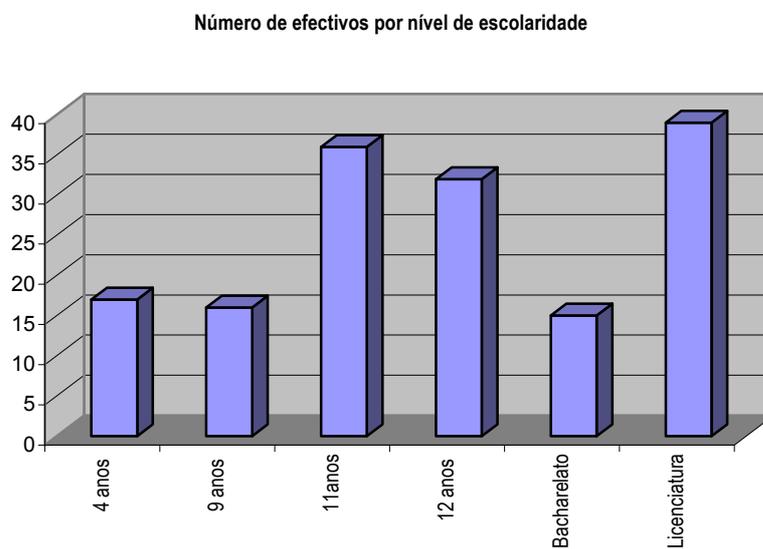
ANEXO IV – Balanço Social

Em 31 de Dezembro de 2007 o total de efectivos era de 155.

No gráfico seguinte, poderemos verificar a sua distribuição pelos diferentes grupos de pessoal:

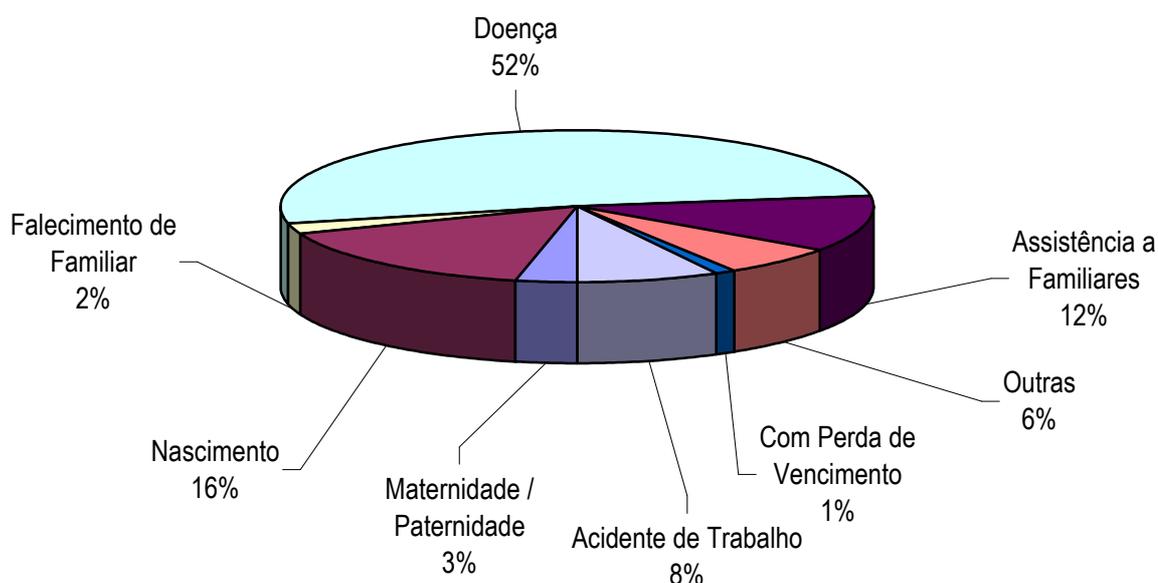


Em relação ao número de efectivos por nível de escolaridade, a taxa de formação superior atinge os 34,8% (licenciatura e bacharelato), registando um aumento de cerca de 3 pontos percentuais em relação ao ano anterior.



Por sua vez, a taxa de absentismo total foi idêntica à do ano anterior cifrando-se em 3,5%, sendo cerca de 1,3% correspondente a ausências não remuneradas.

Absentismo
(distribuição por tipo de faltas)

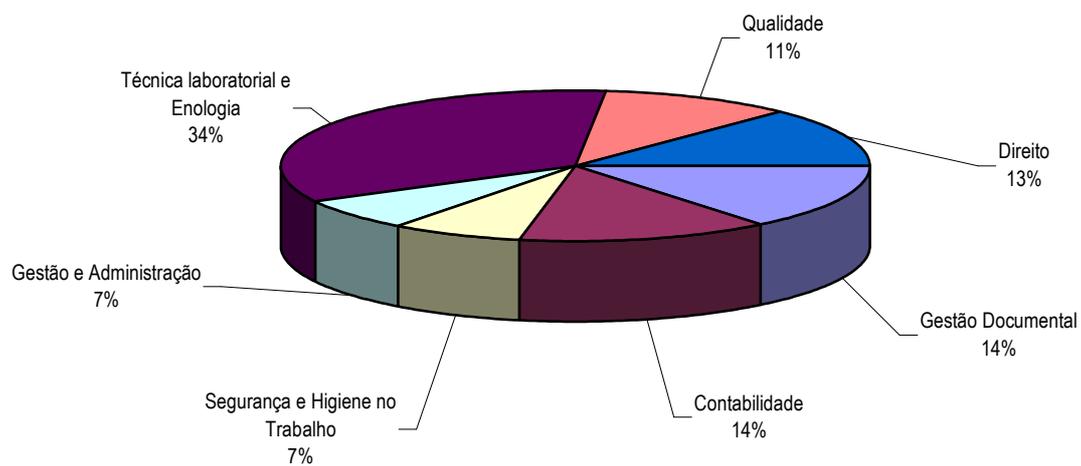


Podemos observar, na leitura do gráfico, que as faltas por doença constituem o principal motivo de absentismo. Refira-se que, na sua maioria, incidem sobre trabalhadores do grupo auxiliar, que estão a atingir o limite de idade ou tempo para efeitos de reforma, alguns dos quais com processos já pendentes.

Relativamente à formação profissional, em 2007, o plano contemplou as seguintes áreas: Gestão Documental, Direito, Técnica Laboratorial e Enologia, Contabilidade, Higiene e Segurança no Trabalho, Gestão e Administração e Qualidade.

No gráfico seguinte, é possível analisar o volume de formação realizado e respectiva distribuição:

Formação Profissional (distribuição por áreas)



ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHOS 2007/8 PARA O CONSELHO INTERPROFISSIONAL DO IVDP

I – TEMAS DA COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO	Observações
1. Plano Estratégico para a Região e suas DO	Elaboração em curso. Diagnóstico em Outubro
2. Preparação de uma proposta de aplicação da nova OCM à RDD	
3. Revisão do DL 254/98 (em articulação com o Plano Estratégico e com os trabalhos de revisão dos DL 166/86 e 190/2001 e restantes regulamento e normas respeitantes aos vinhos da RDD)	
4. Taxas: Estabelecimento de critérios de actualização anual automática das taxas de certificação aplicáveis; Eventualidade de criação de uma taxa de carácter “mutualista” para financiamento ou bonificação de juros em situações de excedentes. Eventualidade da criação de taxa (voluntária / obrigatória) para constituição de fundo destinado ao financiamento de acções de promoção das marcas	
5. Estabelecimento de regras para a primeira colocação dos produtos no mercado (contratos-tipo, introdução gradual, transparência dos mercados, colocação em reserva, fundo de investimento mObialiário, etc.)	
II – TEMAS DA COMPETÊNCIA DA SECÇÃO PORTO	
A) Revisão do DL 166/86 – Estatuto da DO Porto (em articulação com o Plano Estratégico)	
1. Lei do terço (discriminação da sua aplicação por tipo de vinho ou por estatuto de operador); Regras de capacidade de venda dos comerciantes de vinho do Porto. Revisão do Estatuto e regulamento específico do Produtor-engarrafador. Idade mínima para comercialização do Vinho do Porto	
2. Regras de liquidação dos comerciantes de vinho do Porto (alargamento das regras de liquidação a novas formas - redimensionamento do negócio, mudança de estatuto – com desagravamento das actuais condições)	
3. Método da pontuação. Critérios de fixação e distribuição do benefício (ajustamentos e/ou revisão profunda). Repensar o papel dos “porto” brancos e suas implicações no método de pontuação	
4. Política de plantio (transferência de vinhas que não têm direito a “benefício” para zonas com potencial acesso ao benefício vrs. Limitação das vinhas com direito a “benefício”	
5. Estatutos de “Comerciante de vinho generoso”, “Armazenista” e “ACE”: clarificação, normas aplicáveis no DL	
B) Revisão de outros regulamentos e normas respeitantes ao vinho do Porto	
6. Revisão do DL que estabelece os actuais limites do Entrepasto de Gaia. Alteração dos limites sem alteração da área adaptando o EG ao PDM	
III – TEMAS DA COMPETÊNCIA DA SECÇÃO DOURO	
A) Revisão do DL 190/2001 - Estatuto da DO Douro	
1. Discussão do princípio da proibição de exportação a granel ao DOC Douro (incluindo o Regional Duriense). Atendendo à sua sensibilidade torna-se necessário recolher suporte jurídicos (regulamentação comunitária) que possam balizar as posições do CI.	Adoptada uma posição de princípio no anterior CI
2. Definição dos locais de engarrafamento fora da RDD, com a aplicação da cláusula "stand-still". Atendendo à sua delicadeza torna-se necessário encontrar fundamentação jurídica para aplicação de uma cláusula “stand-still”.	Adoptada uma posição de princípio no anterior CI
B) Outros Regulamentos ou normas para o DOC Douro	
3. Revisão do Regulamento da Câmara de Provedores e da Junta Consultiva de Prova	Trata-se de adaptar ao Desp. Nº 22.522/2006 sobre a acreditação das entidades certificadoras
4. Menções complementares para os Vinhos do Douro	Oportunidade para alterar a actual grelha
5. Novas práticas enológicas e sua regulamentação	
6. Revisão do regime tributário aplicado aos vinhos e produtos vínicos da RDD	
7. Revisão do desenho dos actuais Selos de Garantia Douro (incluindo o Regional Duriense)	
8. Actualização dos valores da taxa de certificação e fracções conforme estabelecido no nº2 do artº 5º do DL 119/97 de 15 de Maio	Comunicação IVV, até 30/11, para publicação
C) Vinho Regional Duriense	
9. 1.Perfil organoléptico, e regras associadas, do Vinho Regional Duriense: Avaliar interesse e oportunidade de abrir o conceito de Vinho Regional e flexibilizar o seu modelo de gestão (agilizar gestão das contas correntes)	

Articular, com os organismos responsáveis pela implementação dos vários programas com aplicação na RDD, uma estratégia de actuação (DRAPN; Estrutura de Missão Douro).